

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

A METAMORFORSE PETISTA: um estudo sobre o PT em Goiás  
(1980-2002)

**Paulo Roberto Miranda**  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Paiva Ferreira

**Goiânia**  
**2004**  
**PAULO ROBERTO MIRANDA**

**A METAMOFORSE PETISTA: um estudo sobre o PT em Goiás  
(1980-2002)**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.**

**Área de concentração: Sociologia Política.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Denise Paiva  
Ferreira.**

**Goiânia  
2004**

**AGRADECIMENTOS**

Várias foram as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Desejo agradecer, em primeiro lugar, a minha esposa Acácia Aparecida Bringel pelo incentivo seguro e constante, pelas leituras, discussões e pela compreensão nas horas de maior desânimo.

Agradeço aos professores do Departamento de Ciências Sociais, em especial ao professor Francisco E. Rabelo e as professoras Dalva Maria Borges e Maria do Amparo Albuquerque por sempre acreditarem em minha capacidade e por todo o apoio e incentivo.

Às várias pessoas que me atenderam, pronta e gentilmente, no PT: Neuza Maria Borges, Antonio Pinheiro Salles e Osmar de Lima Magalhães; na UCG, Athos Magno Costa e Silva e na CPT Pe. José Guiarine.

De maneira muito especial agradeço à orientação da professora Denise Paiva Ferreira, que desde a banca de seleção teve uma postura largamente estimulante para que o trabalho se desenvolvesse, assim como pelo seu grande envolvimento e dedicação que possibilitaram a realização do mesmo.

Finalmente , à Universidade Federal de Goiás pelos recursos, sem os quais seria muito difícil a realização deste projeto.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| RESUMO .....   | 2          |
| ABSTRACT .....   | 3          |
| INTRODUÇÃO .....   | 4          |
| <b>CAPÍTULO 1- ASPECTOS GERAIS DA QUESTÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL</b>               |            |
| <br>   |            |
| 1.1-Os Partidos Políticos: algumas notas sobre sua origem e desenvolvimento..... | 9          |
| 1.2-O Quadro Partidário Brasileiro: uma breve retrospectiva.....                 | 20         |
| 1.3-A Classe Trabalhadora e o Campo Político: o surgimento do PT .....           | 27         |
| <br>   |            |
| <b>CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO DO PT EM GOIÁS E A POLÍTICA REGIONAL .....</b>      | <b>42</b>  |
| <br>   |            |
| <b>CAPÍTULO 3 - A COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS LIDERANÇAS DO PT EM GOIÁS.....</b>       | <b>63</b>  |
| <br>   |            |
| <b>CAPÍTULO 4 - A DINÂMICA PARTIDÁRIA E AS MUDANÇAS NO PT</b>                    |            |
| <br>   |            |
| 4.1-A Dinâmica Partidária e as Mudanças nos Partidos de Massas Europeus .....    | 84         |
| 4.2-A Dinâmica Interna e as Mudanças no PT- Goiás.....                           | 92         |
| <br>   |            |
| <b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>114</b> |
| <br>   |            |
| <b>6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                       | <b>118</b> |

## RESUMO

No Brasil, existem grandes disparidades econômicas e sociais entre os estados, conforme inúmeros autores essas diferenças repercutem nos partidos políticos. Nesse sentido, é de significativa importância o estudo dos partidos políticos no âmbito regional. Esse trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise do surgimento e estruturação do PT em Goiás, tendo como objetivos específicos analisar a composição social de suas lideranças, bem como verificar as mudanças ocorridas no partido durante o período de 1980-2002. O estudo também procura estabelecer uma relação entre essas mudanças e a dinâmica interna do partido. Para apreendermos todo esse processo utilizamos a análise documental e entrevistas semi-estruturadas. O PT goiano para se estruturar no estado procurou se estabelecer primeiramente no campo, pois foi nessa região que o PT encontrou os movimentos que possibilitaram sua estruturação. Além do desafio de ter de conquistar uma base social, o partido em Goiás, teve de enfrentar grandes dificuldades impostas pela própria conjuntura regional. Em Goiás, o PT é um partido liderado pelas classes médias assalariadas, cujas principais categorias são os profissionais liberais e os professores. Com relação às mudanças, estas ocorreram por opções de lideranças do PT que formaram o chamado Campo Majoritário, isto é, o grupo que detém o controle da organização.

## **ABSTRACT**

In Brazil, there are enormous social and economic disparities among the states, which, according to a number of authors, are shown in the political parties. In this sense, the study of regional political parties has seemed to be of significant importance. This paper aims at analyzing the PT's ( Worker's Party) sprout and structuring in the Goiás State, aiming more specifically at an analysis of the social composition of its leaders, as well as verifying the changes occurred in the party during the period of 1980-2002. This study has also focused on establishing a relationship between such changes and the party's internal dynamics. In order to grasp the whole process we have used documentation analysis and semi-structured interviews. In order to be able to be settled in the state later, the PT in Goiás has first tried to be settled in the country, since that region provided the movements which have made possible the party's framework. Besides the challenge of having to reach a social basis, the party in Goiás, has had to face huge difficulties imposed by its own regional framework. In Goiás, the PT is a party which leaders come from wage-earner average class, whose main categories are liberal professionals and teachers. Regarding such changes, they have occurred due to PT's leadership choice which formed the so-called " Campo Majoritário" ( Majority Field), that is, the group which holds the control of the organization.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Partido dos Trabalhadores, tendo como referência o partido em nível nacional e como objeto específico o PT em âmbito regional, isto é, em Goiás no período de 1980 a 2002. A literatura tem dedicado mais atenção aos partidos em âmbito nacional, mas é preciso reconhecer que existem diferenças entre os partidos dependendo de sua base territorial. Neste sentido, o estudo dos partidos políticos no âmbito regional torna-se relevante. O estudo revela-se ainda mais significativo quando se trata de Goiás, pois não existe um trabalho mais sistematizado sobre o PT no Estado. Deste modo, o trabalho apresenta-se como inédito ao referir-se a abordagem pretendida, o que justifica de sobremaneira este estudo.

O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise da formação e estruturação do PT em Goiás. Os objetivos específicos são: (a) traçar um perfil das lideranças do partido no estado através da análise da composição social, buscando verificar se esta foi ou não se alterando ao longo do período analisado;

(b) verificar se ocorreram mudanças no partido, procurando responder se estas estão relacionadas às questões conjunturais, históricas e sócio-econômicas, e se as mesmas foram patrocinadas ou não por opções das próprias lideranças petistas. O foco da análise são os desdobramentos efetivos na dinâmica interna do partido, sua composição social, recrutamento político e tendências internas. No que se refere às tendências internas, perscruta-se a questão de como estas controlaram e controlam o partido.

No decorrer do trabalho procuramos estabelecer uma relação entre o estudo da formação, desenvolvimento do PT e sua composição social. No qual, fez-se à verificação da relação entre o crescimento do partido e a ocorrência ou não de mudanças em sua composição social ao longo do período analisado. Verificou-se ainda se houve no período a ocorrência de um deslocamento no espectro ideológico do partido e em que medida teria atingido o perfil de suas lideranças, como também o papel desempenhado pelas tendências internas do partido em todo esse processo.

Assim, o estudo se circunscreve a uma investigação na área da sociologia política, buscando detectar as relações entre componentes sociais e análise política. Explicitando melhor, analisar as bases sociais de recrutamento político do PT goiano, o perfil de seus representantes, enfim como estes atuam nas disputas internas da organização. É importante ressaltar que não se estão tomando os fenômenos políticos como um reflexo dos processos sociais e econômicos, mas as suas inter-relações.



Neste sentido, para realizarmos a investigação, foram utilizadas técnicas de pesquisa como: análise documental e entrevistas semi-estruturadas com dirigentes e militantes do partido. São considerados documentos todo material escrito como: jornais, revistas e documentos partidários como: atas, documentos de discussão e divulgação interna. Além disso, o estatuto e programa do partido foram utilizados como fonte de pesquisa. Uma das vantagens desta técnica refere-se ao fato dos documentos se constituírem numa fonte estável e rica. Trata-se, portanto, de uma pesquisa histórico-descritiva a partir de dados primários.

Para analisar os dados e informações coletados foram executados os seguintes procedimentos: a) mapeamento das bases sociais que possibilitaram ao partido se estruturar no Estado, bem como a composição social das lideranças petistas, particularmente da Comissão Executiva do Diretório Regional de Goiás, os eleitos à Câmara Federal e Assembléia Legislativa, por meio de atas de reuniões do diretório, resoluções e convenções; b) entrevistas semi-estruturadas com militantes que foram ou são líderes do partido.

A dissertação está organizada da seguinte forma. No primeiro capítulo, realizamos uma revisão da literatura sobre o fenômeno partidário. O capítulo foi dividido em três seções, na primeira seção procuramos definir os partidos e responder as seguintes questões: como surgiram e se desenvolveram os partidos políticos? Na segunda seção fazemos uma revisão sobre a questão

partidária no Brasil. Esta discussão está voltada para o processo de desenvolvimento e a questão da institucionalização dos partidos políticos brasileiros. Por último, realizamos uma análise da formação do PT em nível nacional, através da literatura existente.

No segundo capítulo, fez-se a verificação das bases sociais que possibilitaram a estruturação do partido no estado, estabelecendo uma relação entre o surgimento do PT e a conjuntura política estadual. Neste sentido, o PT goiano ao contrário de outras regiões do país não possuía uma base social urbana, o que demonstrou a necessidade da realização de um grande trabalho por parte de seus dirigentes para sua estruturação em Goiás, a partir dos movimentos sociais no campo.

O terceiro capítulo trata exclusivamente da análise da composição social e recrutamento político do PT no estado, observando a ocorrência de mudanças ao longo do período. Através deste estudo estabelecemos as categorias profissionais nas quais o partido recrutou e recruta suas principais lideranças.

O quarto capítulo destinou-se à análise das tendências e das discussões sobre as mudanças pelas quais o partido passou no período analisado. Procurou-se estabelecer uma relação entre as tendências internas e as transformações do PT. Nesse ínterim, definimos o que são tendências, discutimos seus posicionamentos, a formação de uma corrente majoritária até a formação de

um campo majoritário. Este campo majoritário recebe destaque na análise, pois pode ser considerado como um motor das mudanças ocorridas no PT, tanto a nível regional como nacional.

## **CAPÍTULO 1**

### **ASPECTOS GERAIS DA QUESTÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL**

#### **1.1– Os partidos políticos: algumas notas sobre sua origem e desenvolvimento**

O objetivo dessa primeira seção é definir os partidos políticos como instituições fundamentais para a democracia, bem como, expor como estes surgiram e se consolidaram historicamente. O fenômeno partidário tem sido objeto de inúmeros estudos acadêmicos. Porém, não há uma visão unívoca com relação à definição de partidos políticos, como também é complexo estabelecer uma teoria geral dos partidos. No entanto, cabe ressaltar que há um consenso entre os estudiosos acerca da importância dos partidos políticos para a democracia (Sartori,1982), (Kinzo,1993), (Downs,1999), (Baquero, 2000), (Mainwaring, 2001), (Soares, 2001).

Kinzo (1993) argumenta que partidos políticos e democracia são termos indissociáveis, ou seja, sem um sistema de partidos viável, não há democracia. Mas, a constituição de um sistema de partidos não é suficiente para garantir o exercício da democracia, contudo os partidos são uma condição *sine qua non* para a democracia, pois não existe democracia moderna sem partidos.<sup>1</sup>

Para estabelecer a definição do que são partidos políticos, a autora mencionada acima, analisa os partidos sob duas acepções básicas. Por um lado, os partidos seriam uma conexão, ou seja, o vínculo entre a sociedade civil e o estado; por outro lado, os partidos são entendidos como organizações que estruturam a escolha eleitoral, além de organizarem a competição política. Assim sendo, “(...) partidos são canais mediante os quais as demandas da sociedade têm expressão e podem ser traduzidas em políticas públicas. Mas só desempenham esse papel plenamente na medida em que atuam sob o crivo da competição eleitoral” (Kinzo, 1993:2).

Nos regimes democráticos são somente pelas eleições realmente competitivas, e sob regras claras que se estabelece a competição eleitoral e se alcança o poder. Ao ascender ao poder, aqui entendido numa ocupação mais restrita de acesso a posições de governo, faz-se necessário tomar decisões e implementar políticas públicas. Neste sentido, “um partido político é uma equipe

---

<sup>1</sup> Não desconhecemos que partidos políticos possam existir em regimes autoritários ou totalitários. Como exemplo podemos mencionar, o regime autoritário instituído no Brasil pós-64, entre outros. Porém, não discutiremos essa ordem de questão: partidos políticos e regimes não-democráticos, no âmbito desse trabalho.

de homens que buscam controlar o aparato de governo obtendo cargos numa eleição devidamente constituída. Sua função na divisão do trabalho é formular e executar políticas governamentais sempre que conseguir chegar ao poder” (Downs,1999:56).

Sartori (1982:83) faz uma longa discussão para chegar a uma definição de partido: “Em geral, os partidos são definidos em termos de (1) atores, (2) ações (atividades), (3) conseqüências (propósitos) e (4) campos. Mas os partidos também podem ser definidos com respeito apenas à sua função, ou à sua estrutura, ou a ambas, ou à luz do esquema *input-output*, e ainda de muitas outras maneiras”. O autor define partido mediante três premissas: os partidos não são facções; um partido é parte-de-um-todo e os partidos são canais de expressão. Com relação à primeira premissa, Sartori (1982:46) afirma:

Os partidos ligam o povo a um governo, as facções não. Os partidos estimulam uma série de possibilidades do sistema, as facções não. Em suma, os partidos são instrumentos funcionais – servem a objetivos e desempenham papéis – e as facções não. E isso, em última análise, porque um partido é parte de um todo que procura servir aos propósitos desse todo, ao passo que a facção é apenas parte de si mesma.

Como parte de um todo, entendemos que o partido é feito de partes no plural, como nos confirma o autor:

Um todo-de-partes, resultado, na verdade do jogo mútuo de suas partes. Isso equivale a dizer que o todo não pode ser identificado com apenas uma parte. Se um partido não é uma parte capaz de governar em

função do todo, isto é, tendo em vista o interesse geral, então não difere da facção. Embora um partido só represente uma parte, essa parte deve adotar uma abordagem não parcial do todo (idem: 47).

Para o autor em discussão, os partidos são canais de expressão, instrumentos de representação da sociedade, que expressam suas reivindicações; estas seriam as principais funções dos partidos. Assim, “os partidos oferecem algo que nenhuma máquina ou pesquisa de opinião pode oferecer: transmitem reivindicações apoiadas por pressões” (Sartori,1982:49). Portanto, os partidos políticos traduzem as reivindicações sociais em políticas públicas.<sup>2</sup>

Para Nicolau (1996) as definições de partidos políticos podem ser agregadas em dois tipos: ampla e restrita. A definição ampla procura dar conta de todas as dimensões do fenômeno partidário. Sob este foco, os partidos são organizações que lutam na arena eleitoral em países democráticos, partidos únicos dos regimes fechados e os partidos que operam à margem do sistema político com ação extraparlamentar. Deste modo, “um partido pode ser definido como uma organização que tem por objetivo colocar seus representantes no governo, no qual, as estratégias partidárias seriam: competitivas, restritivas e subversivas” (Nicolau,1996:9).

Na definição restrita, tem-se a preocupação exclusiva com a dimensão competitiva. Dessa maneira, os partidos são organizações que participam das eleições em países democráticos. Por conseguinte, podemos

---

<sup>2</sup> Essa discussão é feita por diversos autores, para maiores esclarecimentos ver Kinzo (1993), Dahl (1997), Downs (1999), Mainwaring (2001).

considerar que um partido é um grupo de indivíduos que procuram controlar o aparato de governo através da obtenção de cargos numa eleição.

Desde o aparecimento da democracia de massa no século XIX, os partidos políticos têm se apresentado como os principais instrumentos da representação e canalização das demandas sociais. Tal ocorrência deve-se ao fato dos partidos políticos possuírem o monopólio da competição eleitoral, além de serem os veículos de acesso aos cargos que permitem que políticas públicas por eles defendidas sejam formuladas. Como argumenta Mainwaring (2001:42): “Os partidos continuam sendo os agentes mais importantes da representação na política democrática porque propiciam as melhores oportunidades de acesso ao poder estatal”.

Mas, acima de tudo, os partidos políticos são fundamentais para a legitimidade democrática, da qual depende o desempenho dos partidos, dos seus representantes e principalmente dos governantes eleitos por intermédio deles. Em síntese, para Ferreira (2002:35):

Os partidos políticos são instituições que buscam o poder político, competem entre si por votos e apoio político, organizam a competição eleitoral por meio da integração e mobilização do eleitorado e dão inteligibilidade ao sistema político-eleitoral. Além desses fatores, as agremiações partidárias são cruciais na formação e sustentação de maiorias governantes, na organização do processo legislativo, no recrutamento de lideranças e na canalização de demandas sociais em políticas públicas. E, por último, mas não de somenos importância, são canais de ligação entre os cidadãos e o Estado.



A partir destas considerações, passamos então a discutir a seguinte indagação: Como surgiram os partidos políticos?

De acordo com Duverger (1987) os verdadeiros partidos políticos datam do século XIX. Com exceção dos EUA (1850), o que havia em outras regiões eram tendências de opiniões, clubes populares, grupos parlamentares; partidos políticos propriamente não existiam.

O partido, como sabemos, é um nome novo para uma coisa nova, e o nome é novo porque a coisa é nova. A palavra não foi usada em sentido político até o século XVI, e só com Bolingroke a questão se tornou visível. Durante todo o século XVIII, os partidos ainda eram considerados, de um modo geral, com grande desconfiança, não só por ainda estarem conceitualmente misturados com as facções, como também porque era difícil distinguí-los na prática concreta. Foi no século XIX que essa distinção se afirmou com clareza, e os partidos passaram a ser geralmente aceitos como instrumentos legítimos e necessários do governo livre (Sartori, 1982:87).

Em um sentido geral, o desenvolvimento dos partidos está associado ao desenvolvimento da democracia, ou seja, a extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares.<sup>3</sup> Duverger (1987:20) comenta:

Quanto mais as assembléias políticas vêm desenvolver-se suas funções e sua independência, tanto mais os seus membros se ressentem da necessidade de se agruparem por afinidades a fim de agirem de comum acordo; quanto mais o direito de voto se estende e se multiplica, tanto mais se torna necessário enquadrar os eleitores por comitês capazes

---

<sup>3</sup> Esta afirmação tem respaldo em inúmeros autores que discutem partidos e sistemas partidários. Ver Sartori (1982), Duverger (1987), Kinzo (1993), Dahl (1997), Downs (1999), Mainwaring (2001).

de tornar conhecidos os candidatos e de canalizar os sufrágios em sua direção.

Ainda conforme Duverger (1987), o nascimento dos partidos está diretamente ligado aos grupos parlamentares e comitês eleitorais. Mas, isso não quer dizer que partidos possam ser criados somente a partir destas duas células. Para o autor, alguns partidos possuem uma natureza mais ou menos aberrante escapando assim ao esquema geral, ou seja, partidos políticos cuja gênese situa-se fora do ciclo eleitoral e parlamentar, que possuem uma origem externa.

Com relação aos partidos de origem eleitoral e parlamentar, o autor explica: “o mecanismo geral dessa gênese é bem simples: a criação de grupos parlamentares, de início, surgimento de comitês eleitorais em seguida; enfim, o estabelecimento de uma ligação permanente entre esses dois elementos” (Duverger,1987:20). Desse modo, o surgimento dos comitês eleitorais está diretamente associado à extensão do sufrágio popular, ocorrendo então a necessidade de enquadramento de novos eleitores, bem como, o desenvolvimento do sentimento de igualdade.

A extensão do sufrágio acarretou o crescimento dos partidos socialistas na maioria dos países europeus, uma vez que outros setores, além das elites tradicionais foram incorporados à participação política. Neste sentido, “a criação de comitês eleitorais tende, portanto, a ser uma iniciativa da esquerda, porque se beneficia essencialmente da esquerda: trata-se, graças a esses comitês, de tornar conhecidas novas elites capazes de inculcar no espírito dos

eleitores o prestígio dos antigos” (Duverger,1987:24). Um verdadeiro partido político só poderia existir se estas duas células *máter*, ou seja, grupos parlamentares e comitês eleitorais estabelecessem uma coordenação permanente e vínculos regulares.

Além do ciclo eleitoral e parlamentar, observa-se à intervenção de organismos externos a estes ciclos, capazes de articular e originar novos partidos. Os mais conhecidos são: os sindicatos, as sociedades de pensamento, as igrejas, as associações de antigos combatentes, a intervenção de agrupamentos industriais e comerciais: bancos, grandes empresas, organizações industriais, sindicatos patronais, etc. Sobre as diferenças entre os partidos de origem eleitoral e parlamentar e os de origem externa, Duverger comenta (1987:31):

Qualquer que seja sua origem, os partidos de criação externa apresentam um conjunto de características que se opõe assaz nitidamente aos partidos criados nos ciclo eleitoral e parlamentar. Os primeiros nascem, com efeito a partir da cúpula, ao passo que os segundos partem da base; os partidos de criação externa são geralmente mais coerentes e mais disciplinados que os partidos de criação eleitoral e parlamentar. Os primeiros dispõem, com efeito, de uma organização preexistente que une naturalmente todas as suas bases; os segundos são obrigados a estabelecer esses laços de todas as peças, sem nada no início a não ser a coexistência de alguns deputados no seio de um mesmo parlamento.

Uma outra característica que diferencia os partidos de criação eleitoral e parlamentar daqueles de criação externa é o fato de que mesmo

estando ligados doutrinariamente ao sistema parlamentar, os partidos de criação externa dão menos valor a este sistema ( Duverger,1987).

Baquero (2000) em sua análise sobre a gênese e o desenvolvimento dos partidos políticos na América Latina, afirma que somente com o período pós-independência é que surgiram os primeiros partidos na região. Ainda segundo o autor, o período retratado pelo começo da independência até o início do século XX, é marcado pelo que se denomina Primeira Geração de Partidos caracterizados pela dominação do poder político pelos caudilhos.

Grandes transformações no início do século XX marcaram a transposição da Primeira para a Segunda Geração de Partidos.<sup>4</sup> Iniciou-se uma luta por mudanças e a estrutura caudilhistas cedeu aos poucos o lugar para instituições mais abrangentes. “É importante notar que, nesse período, a influência de Lênin e sua concepção de partido político foi sentida, na América Latina, de uma forma bastante acentuada. Influenciados pela Revolução Russa, surgem, nos países latino americanos, os partidos comunistas, os partidos socialistas e os partidos radicais” (Baquero,2000:60).

A Segunda Geração de Partidos, que teve seu início nos anos 30 no Brasil, foi marcada pela ascensão de Getúlio Vargas. Essa coincidiu com um acentuado desenvolvimento econômico que a partir de 1945 possibilitou o

---

<sup>4</sup> Dentre as transformações do período citamos: Revolução Mexicana (1910), Revolução Russa (1917) e crise econômica de 1929.

surgimento de partidos modernos, de âmbito nacional, bem como, o surgimento de lideranças populistas (Kinzo,1993), (D'Araújo,1996), (Baquero,2000), (Mainwaring, 2001).

A passagem da Segunda para Terceira Geração de Partidos, também foi influenciada por acontecimentos internacionais. Conforme afirma Baquero (2000:66): "Em primeiro lugar, a Revolução Chinesa, que fracionara os partidos dentro de uma ideologia, com várias correntes, e a Revolução Cubana, que, causou um verdadeiro trauma político nessas sociedades". Portanto, no século XX ocorreram várias transformações sociais que tiveram um impacto sobre as agremiações partidárias em geral e na América Latina em particular.

A hipótese da expansão já mencionada destes movimentos desencadeou uma onda de golpes militares na América Latina. De uma maneira geral a América Latina foi abalada em suas bases por estes movimentos, pelas grandes desigualdades sociais e conflitos quase que generalizados. Neste sentido, muitos governos latino-americanos temiam acontecer em seus territórios o que ocorreu com China e Cuba, ou seja, a mudança de sistema pela via revolucionária. Assim, em vários países da região foram implantados regimes autoritários, essa medida teve como consequência direta à exclusão dos partidos políticos como instituições de oposição efetiva e necessária para a competição política.

Na década de 60 ocorreu uma ruptura dos sistemas partidários em vários países da América Latina, tendo um efeito negativo no que se refere ao desenvolvimento e consolidação dos partidos políticos.

No Brasil, o golpe militar que ocorreu em 1964, diferente de outros regimes autoritários como do Chile, por exemplo, não eliminou por completo os partidos políticos da vida política. Os militares brasileiros no primeiro momento tentaram conviver com o sistema partidário anterior ao golpe, sendo incompatível, o sistema foi extinto. No entanto, em seu lugar os militares instauraram um novo sistema partidário. O Brasil saía do pluripartidarismo e passava a viver sob o bipartidarismo. Portanto, mesmo diante de uma situação autoritária, o regime brasileiro manteve organizações político-partidárias, ARENA (partido do governo) e MDB (partido de oposição).

Enfim, como observamos, os partidos políticos são fenômenos recentes datados do século XIX, que desempenham um papel crucial nos governos democráticos. Além do que, possuem o monopólio da competição eleitoral, ou seja, somente se chega ao poder em países democráticos através de eleições e após vencer as eleições é preciso que o partido (a parte) governe para o todo.

## **1.2 – O quadro partidário brasileiro: uma breve retrospectiva**

Ao analisarmos o desenvolvimento do sistema partidário brasileiro, observamos que o período mais freqüentemente estudado é o das últimas décadas do século XX, ou seja, pós-1979, seguido pelo que se estende de 1945 a 1964. A explicação para ênfase em determinados períodos está, como argumenta Lima Júnior (1992), na coincidência com a fase da redemocratização do país, além do que, estes períodos possibilitam uma análise mais abrangente do fenômeno partidário eleitoral em um contexto de consolidação democrática.

O quadro partidário brasileiro possui peculiaridades que o distingue tanto do europeu, como também de outros países latino-americanos (Kinzo,1990,1993), (Mainwaring,2001), (Ferreira,2002). De acordo com Kinzo (1993) no Brasil não se desenvolveu um sistema partidário com perfil definido e duradouro. Nossos partidos não possuem enraizamento social e o nosso sistema partidário é altamente fragmentado, marcado por rupturas e descontinuidades. Portanto, de acordo com vários diagnósticos, trata-se de um quadro de subdesenvolvimento ou em processo de desenvolvimento, mesmo se comparado aos seus vizinhos latino-americanos (Borges,1988), (Kinzo,1990,1993), (Mainwaring,2001), (Ferreira,2002).

Na realização dessa análise, serão discutidas três características do quadro partidário brasileiro, que de modo geral são apresentadas pelos autores com uma postura crítica em relação à questão partidária no Brasil.<sup>5</sup> Em primeiro lugar, observamos a forte presença, interferência do Estado na formação e desenvolvimento do sistema partidário. A segunda característica marcante do quadro partidário brasileiro é o fato dele ser marcado por rupturas e descontinuidades e por fim, que o sistema possui uma baixa institucionalização. Com relação à presença e interferência do Estado na formação e desenvolvimento do sistema partidário Mainwaring (2001:91) argumenta:

Há várias maneiras pelas quais os Estados podem transformar os sistemas partidários. Eles podem extinguir ou proscriver partidos e sistemas, muitas vezes como consequência de longo prazo. Em virtude de uma interdição ou proscricção, ou devido a um longo intervalo de tempo sem eleições livres, partidos anteriormente importantes podem vir a desaparecer para sempre e dar lugar a novos partidos ou ao reaparecimento de antigas organizações.

O processo de formação e desenvolvimento do quadro partidário brasileiro ilustra esta argumentação, uma vez que o estado e as elites políticas construíram ao longo do tempo um sistema partidário verticalizado, de cima para baixo. O que aponta que, o Estado brasileiro foi um agente poderoso na formação do sistema de partidos (Meneguello,1989), (Kinzo,1990,1993), (Mainwaring,2001), (Ferreira,2002).

---

<sup>5</sup> Acerca dessa afirmação, ver Rodrigues (2002).



Para tanto, a ação de um poder executivo centralizador atuaria também no sentido de inibir a ação dos partidos políticos. Conforme Kinzo (1993:109):

A fragilidade do sistema partidário é em grande medida produto de uma ação deliberada do governo central no sentido de obstaculizar o fortalecimento de partidos nacionais. A centralização do processo decisório no Executivo resultou no escasso controle dos partidos e do sistema partidário sobre recursos que lhe propiciassem influir efetivamente nas decisões de impacto social.

No caso específico do Brasil, segundo Mainwaring (2001) o Estado interferiu de duas maneiras na formação do sistema partidário. Para o autor, os líderes políticos exerceram um importante papel na organização dos partidos, e por outro lado, o Estado interferiu no processo de construção do sistema partidário extinguindo partidos e sistemas de partidos cinco vezes – em 1889, 1930, 1937, 1965 e 1979. Nestas ocasiões, os líderes políticos dissolveram os sistemas partidários vigentes.

Podemos dizer que uma das conseqüências deste processo é a presença marcante de descontinuidades no quadro partidário brasileiro. Essas rupturas da ordem constitucional geraram nada menos do que oito configurações partidárias, não ocorrendo elementos de continuidade na passagem de cada uma à seqüente.<sup>6</sup> Por conseguinte, Kinzo (1993:3) afirma:

---

<sup>6</sup> “A primeira configuração foi a que contrapôs liberais e conservadores, forças que instrumentalizaram a alternância governamental no parlamentarismo imperial de 1837 a 1889. A Segunda foram as máquinas partidárias estaduais da Primeira República (1889-1930), quando as oligarquias dominantes dos grandes estados ditavam o jogo político e partidos nacionais inexistiam por completo. A terceira foram as inúmeras formações partidárias que emergiram com Assembléia

Essas decontinuidades no desenvolvimento partidário – resultantes, ora de crises e rupturas institucionais, ora da interferência direta do governo na conformação da ordem política – haveriam necessariamente de dificultar a sedimentação de partidos, mesmo porque o fator tempo é fundamental para a institucionalização de organizações partidárias. Na verdade, se observarmos as configurações partidárias posteriores a 1945, período em que se dá efetivamente a ampliação do eleitorado, veremos que essas configurações não duraram em média 11 anos, ou seja, não chegaram a ultrapassar o tempo mínimo de uma geração.

O fator tempo como observamos, é fundamental para que ocorra o processo de institucionalização. De acordo com Huntington (1975:24): “a institucionalização é o processo através do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade. O nível de institucionalização de qualquer sistema político pode ser definido pela adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão de suas organizações e procedimentos”. Neste sentido, a baixa longevidade do sistema partidário e as recorrentes rupturas nos permitem afirmar que o sistema partidário brasileiro possui uma baixa institucionalização.

---

Nacional Constituinte de 1934 e que desapareceram com o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo (1937-1945). A Quarta foi o sistema multipartidário que vigeu durante o regime democrático de 1945-1964, período da emergência dos partidos modernos. A Quinta foi a configuração partidária de 1964-1965 que conservou após o golpe de 1964 o multipartidarismo anterior sob um regime militar-autoritário, até que aquele fosse extinto pelo AI-2 em outubro de 1965. A Sexta foi o bipartidarismo compulsório (ARENA x MDB) imposto pelo regime militar. A sétima foi a configuração multipartidária resultante da reforma partidária de 1979, que ao lado do PDS e do PMDB, sucedâneos, respectivamente, da ARENA e do MDB, incluía três novas agremiações: PT, PDT e PTB. Finalmente, a oitava é o pluripartidarismo vigente, fragmentado e mutante, que emergiu com a Nova República e até hoje parece não possuir feição definitiva” (Kinzo, 1993:5).

Mainwaring (2001:56), acerca do processo de institucionalização esclarece:

O conceito de institucionalização diz respeito a um processo pelo qual uma prática ou organização se estabelece e é amplamente reconhecida, quando não universalmente aceita. Os atores criam expectativas e desenvolvem orientações e comportamentos baseados na premissa de que tal prática ou organização continuará existindo em um futuro previsível. Na política, o conceito de institucionalização implica que os atores têm expectativas claras e estáveis a respeito do comportamento de outros atores.

Mas, quais seriam as explicações para a baixa institucionalização?

Para Kinzo (1993:1): “O problema maior está na alta fragmentação e inconsistência do quadro partidário e na medida em que partidos se formam, se dissolvem e se fundem sem maiores constrangimentos estruturais ou legais”.

Mainwaring (2001) em sua análise sobre estas questões alinha-se as observações de Kinzo (1993), no qual concordam que o sistema partidário brasileiro tem uma baixa institucionalização. A principal questão estaria relacionada a fragilidade de nossos partidos, isso (...) “por que os partidos se formam de uma determinada maneira, por que mudam com tempo e por que se institucionalizam em graus variáveis” (Mainwaring, 2001:33). A partir de toda esta discussão chegamos à conclusão de que estes autores alimentam uma concepção mais pessimista sobre os partidos brasileiros. Outras abordagens mais recentes, ao longo dos anos 90, nos revelam um quadro menos sombrio com relação ao

desenvolvimento do sistema partidário e da democracia no Brasil.<sup>7</sup> Para Meneguello (1998) a institucionalização da democracia brasileira foi somente estabelecida por completo a partir da Constituição de 1988. Sua pesquisa teve como tema central a importância dos partidos políticos brasileiros para formação e o desenvolvimento dos governos democráticos do período pós-1985. A conclusão do trabalho deixa claro, a importância dos partidos na organização e funcionamento do poder executivo na sustentação dos governos no plano federal. O estudo mostra a importância dos partidos políticos na arena governamental, o que constitui segundo a autora em um poderoso instrumento de desenvolvimento dos partidos (Meneguello, 1998).

Para inúmeros autores, o processo de consolidação democrática colocou em xeque previsões pessimistas, principalmente, a tese de que em países subdesenvolvidos seria impossível a estabilidade democrática. O país passou a conviver sem sobressaltos com consultas eleitorais regulares, o que segundo Rodrigues (2002) deve levar à consolidação do quadro partidário brasileiro.

Apesar dos aspectos negativos que surgem de cotejo entre metas ideais e a realidade do funcionamento dos partidos, o sistema partidário, ao longo dos últimos anos, vem apresentando melhores resultados no que tange à sua representatividade, à disciplina interna, à organização e principalmente ao funcionamento parlamentar. A continuidade dos sistema democrático e a repetição das competições eleitorais, com menos intervenções externas ao sistema devem conduzir à sedimentação do multipartidarismo brasileiro (Rodrigues,2002:194).

---

<sup>7</sup> Sobre esta questão ver, entre outros: Nicolau (1996), Meneguello (1998), Limongi (1999), Schmitt (1999) e Rodrigues (2002).

A análise de Rodrigues (2002) realizada na Câmara dos Deputados, referente a 51<sup>a</sup> Legislatura eleita em outubro de 1998, demonstrou um quadro de desenvolvimento e estabilidade que sugere um mapa partidário relativamente estável, com pequenas mudanças, em processo de estruturação e não de desagregação. O mais importante é notar que este movimento tem escopo no próprio jogo do campo político, não sendo endógeno a este. Isso indica que esse formato deve consolidar-se progressivamente, caso não haja intervenções externas que alterem as regras do jogo.

Em suma: “(...) é possível pensar que, à medida que o regime democrático esteja consolidando-se, os partidos políticos tendam a institucionalizar-se, de forma a adquirir continuidade e estabilidade, e a constituir-se não só em peça-chave na formação e condução de governos (nos seus diferentes níveis), como também num elemento de estruturação das preferências políticas” (Ferreira, 2002:43).

### **1.3- A classe trabalhadora e o campo político: O surgimento do PT**

Nas outras seções deste capítulo, tratamos dos aspectos e discussões gerais acerca dos partidos políticos. Nesta última seção vamos focar o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), não faremos uma longa discussão, nem reconstruiremos minuciosamente a história do PT, já realizada por vários autores (Meneguello,1989), (Gadotti,1989), (Keck, 1991), (Nicolau, 1996).

Vamos iniciar com uma discussão acerca do regime militar pós-64, destacando principalmente os períodos de 1978 e 1979, devidos aos movimentos grevistas e a reforma partidária. Serão enfatizados os impasses vividos pelas classes trabalhadoras até a sua entrada para o campo político, sua participação efetiva no jogo político com a criação do Partido dos Trabalhadores.

Ao tratar do golpe militar de 1964, optamos por começar com o governo Jânio Quadros, pois foi com a renúncia deste, que assumiu a Presidência da República João Goulart, também conhecido como “Jango” último presidente do período democrático (1945-1964). Jânio Quadros foi eleito em 1960, assumiu a

Presidência em janeiro de 1961, seu governo foi marcado por crises. De acordo com D'Araujo (1996), o governo de Jânio não primou por zelar pela ordem democrática, tendo ocorrido o rompimento entre o PTB e o PSD, que de aliados, passaram a adversários.

Em seu curto período e em meio a um processo político-partidário extremamente frágil como observado a partir da eleição de 1960 o governo Jânio, por várias razões, conseguiu descontentar a maior parte dos setores políticos sem obter confiança dos militares. O PTB, que ajudara a eleger o novo presidente, deixou seu lugar de parceiro no poder e passou formalmente à oposição(D'Araujo,1996:135).

Jânio Quadros não resistiu às pressões e renunciou. Em 7 de setembro de 1961 sob forte pressão dos militares e uma grande tensão política, toma posse na Presidência da República João Goulart. Para a historiografia brasileira este é um momento muito importante e estudado, uma vez que, com sua queda instaurou-se no Brasil um regime autoritário que se estenderia de 1964 a 1985.

Como mencionado anteriormente, neste período o mundo estava mergulhado em um dos momentos mais críticos da Guerra Fria. As relações entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética encontravam-se bastante tensas em função principalmente da Revolução Cubana de 1959. O governo norte americano temia um avanço das idéias e práticas socialistas na América Latina.

Goulart era considerado o “herdeiro político” de Getúlio Vargas. Filiado ao PTB, “Jango” foi deputado federal, ministro do trabalho entre 1953 e 1954 (durante o segundo governo Vargas) e vice-presidente no governo de Juscelino Kubitschek. Os militares o consideravam um político pouco confiável, tanto que tentaram impedir sua posse. Durante o seu governo, lutou pelas reformas de base, mediante um conjunto de medidas que se implementadas, modificariam vários aspectos da estrutura sócio-econômica do Brasil. Entretanto, a colocação em prática de tais reformas, em especial a reforma agrária e a nacionalização das refinarias de petróleo, representavam uma ameaça para algumas camadas sociais e para o capital estrangeiro.

Por todas essas razões, a atuação do PTB foi crucial para alimentar o conflito e para acentuar a radicalização. Do ponto de vista de seus opositores, esses eram argumentos mais do que suficientes para procurarem o apoio da opinião pública e de outros setores militares a um plano conspiratório. Conspiração essa que se dava em meio ao clima da guerra fria e que expressava, portanto, o pânico acerca de uma maior participação popular, o temor ao avanço da esquerda e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso não se efetivasse uma intervenção rápida e eficaz (D'Araujo, 1996:140).

Assim, diante desta ameaça, empresas multinacionais, latifundiários, parte da classe média, do empresariado e de militares, apoiados pelos Estados Unidos, articularam e efetivaram a deposição do presidente em 31 de março de 1964 através de um golpe militar. Abrucio (1998) destaca que o golpe contou com o apoio decisivo da elite civil oposicionista ao governo de João Goulart,



especialmente dos governadores Ademar de Barros (PSP-São Paulo), Carlos Lacerda (UDN-Guanabara) e Magalhães Pinto (UDN-Minas Gerais). Todos estes governadores deram suporte ao golpe, através de suas milícias estaduais.

A política brasileira modificou-se bastante após o golpe, a democracia foi substituída pelo autoritarismo; a liberdade de expressão pela censura prévia; o estado de direito pelo estado de exceção, caracterizado pela supressão dos direitos constitucionais e repressão à oposição.

Com o Ato Institucional nº 2 – AI-2 (27/10/65), o Brasil passou a viver sob um novo sistema político. Os tradicionais partidos políticos (PTB, PSD, UDN) foram substituídos por apenas dois. Foi o início do bipartidarismo: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) a oposição. Muitos parlamentares tiveram os seus mandatos cassados e centenas de lideranças tiveram os seus direitos políticos suspensos por serem considerados contrários ao regime. Em 1967 foi aprovada uma nova Constituição, incorporando toda esta legislação e institucionalizando o que se denominou, estado de exceção.

Paralelamente ao processo de consolidação do regime autoritário, desenvolveram-se, em várias instâncias, movimentos de contestação ao mesmo. A partir de 1968 os movimentos contrários ao regime se intensificaram. A UNE (União Nacional dos Estudantes) promoveu a “Passeata dos Cem Mil” no Rio de Janeiro, greves operárias foram deflagradas nos principais centros industriais do

país. A resposta do governo veio em forma de novos Atos Institucionais, dentre os quais o AI-5 de 1968 que dava poderes quase ilimitados ao Presidente da República. A máquina do Estado foi mobilizada para reprimir a oposição (Singer, 1980), (Sader,1988), (Souza, 1997).

Com a posse do Presidente Ernesto Geisel em 1974, iniciou-se um processo de liberalização do regime. Porém, os militares pretendiam controlar o caminho desta liberalização. A censura à imprensa foi suspensa em 1975 e em outubro de 1978 foram revogados todos os Atos Institucionais através de uma Emenda Constitucional.

As classes trabalhadoras que foram duramente reprimidas em 1968, por lutar por seus direitos, permaneceram até 1978 sob uma forte repressão dentro e fora das fábricas; viram os sindicatos limitados a funções assistencialistas e jurídicas e em meio às adversidades vivenciadas começaram a se organizar. A sociedade civil e os meios de comunicação deram início a uma maior mobilização, no sentido da luta pela anistia política e pelo respeito aos direitos humanos. Portanto, a partir de 1978, a conjuntura política abriu espaços para o enfrentamento mais direto entre operários e patrões, bem como, a participação de outros movimentos sociais. Os sindicatos não participaram da elaboração da greve de 1978, não sabiam qual era a disposição dos trabalhadores e suas reivindicações. Como explica Sader (1988:299): “O sindicato por certo não organizou as greves, em parte por querer se preservar legalmente, em parte por inexperiência no assunto, mas principalmente por faltar-lhe ainda o

reconhecimento expresso dos operários nas empresas para assumir tal papel”. Nascia, em São Bernardo do Campo, uma organização independente, fora dos sindicatos existentes. Uma vez que estes se ligavam mais ao estado e aos patrões do que aos operários, surgia o “novo sindicalismo”.<sup>8</sup>

O ano de 1979 começou com negociações entre patrões e operários. Não houve acordo e, em assembléias, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema decidiram pela greve em 13 de abril de 1979. As assembléias gigantes realizadas no estádio de Vila Euclides (São Bernardo do Campo/SP) transformaram-se no principal cenário da greve. Embora houvesse a presença maciça de operários, é preciso salientar a participação de artistas, intelectuais e outros setores populares. A liderança carismática de Luís Inácio da Silva, O Lula, impulsionava o movimento. Para Meneguello (1989:46):

É indiscutível a importância das greves de 1978 e 1979 no que respeita à dinâmica das relações trabalhistas. Tais greves, ao combinar a reivindicação pela transformação do sistema político, atingiram elementos novos no cenário da luta político-sindical. Dessa forma, ao lado dos trabalhadores industriais, ocorreram mobilizações de categorias fundadas no setor produtivo terciário, até então pouco reivindicativas, mas recém-saídas de um agudo processo de assalariamento: trabalhadores com base em serviços, profissionais liberais, servidores públicos etc., dando base ao que se convencionou chamar de “sindicalismo de classe média”.

---

<sup>8</sup> Sobre o “novo sindicalismo” ver Antunes (1997) e Clímaco (1999). Para vislumbrar o desenvolvimento dos movimentos sociais nesse período ver: Singer (1980) e Sader (1988).

No campo político, as vitórias do MDB expressavam a opinião pública a favor da redemocratização. Esse momento já se configurava parte do processo de mobilização das forças políticas emergidas com as então recentes articulações de diversos setores da sociedade civil. Assim, segundo Meneguello (1989:25):

O novo nexa entre sociedade e política partidária, traçado sobretudo a partir de 1977, e que levava as assinaturas das alas progressistas da igreja, setores da classe média e do sindicalismo mais moderno, definiu como questão central para o regime a reformulação do modelo de representação política. Esta questão veio a ser resolvida em dezembro de 1979, com a Reforma Partidária.

Neste sentido, extinguiu-se o bipartidarismo e restabelecia-se o multipartidarismo. Às classes trabalhadoras colocou-se o dilema: entrar ou não para o campo político? Entendendo o campo, na concepção de Bourdieu (1989:155): “como um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto”. Segue-se que essa competição dialética implica numa corrida em direção ao mesmo objetivo e no reconhecimento implícito deste objetivo: no campo político, a busca pelo poder.

No entanto, Gadotti (1989:20) esclarece que: “numa entrevista publicada no jornal O Pasquim, de 24 de março de 1978, Luís Inácio da Silva, se confessa ‘apolítico’, preferindo ‘preparar a classe trabalhadora para saber optar’”. A princípio, Lula não se interessava pela criação de um partido dos trabalhadores, para ele a situação das classes trabalhadoras poderia ser resolvida independente

da criação de um partido político. Lula entendia que a situação das classes trabalhadoras seria resolvida quando aquelas participassem da vida política, ou seja, não existia na sua visão a necessidade de entrar para o jogo político, através de um partido. Contudo, Gadotti (1989:20) acerca do posicionamento de Lula explicita que:

(...) já em julho do mesmo ano, estava claro para Lula que os trabalhadores não poderiam participar da vida política sem um partido dos trabalhadores. Lula afirma que é chegada a hora de a classe trabalhadora “parar de ser instrumento”. Afirma, portanto, a necessidade dela lutar pela “criação de um partido político que possa representá-la. Confessa-se desapontado com os partidos existentes. Convida todos os trabalhadores a participarem.

Ocorre então uma mudança de estratégia, fundada no processo de constituição da arena partidária como *locus* legítimo de reorganização e representação dos interesses das classes trabalhadoras. Tratava-se, portanto, para Meneguello (1989:51): “De dar forma concreta ao amadurecimento do novo sindicalismo que então visava sua inserção na arena político-institucional através de uma representação partidária classista, o PT, fruto de uma idéia que crescia desde 1978”.

Entre outubro de 1979 e janeiro de 1980 crescia o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores (MPT). Porém, o lançamento oficial do partido deu-se apenas em 1980, no dia 10 de fevereiro, em reunião no tradicional Colégio Sion de

São Paulo. A entrada para o campo político coloca novos desafios às classes trabalhadoras. Entendendo o campo político aqui:

(...) como campo de forças e como campo das lutas que têm vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência de sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantém com seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantém com as suas organizações(Bourdieu,1989:164).

Ainda segundo Bourdieu (1989) todo campo possui sua lei própria e o campo político não seria diferente. No entanto, existe uma lei geral que perpassa por todos os campos, como nos confirma autor:

Que os detentores da posição dominante, os que têm maior capital específico, se opõe por uma série de meios aos entrantes, recém-chegados, chegados tarde, arrivistas que chegaram sem possuir muito capital específico. Os antigos possuem estratégias de conservação que tem por objetivo obter lucro do capital progressivamente acumulado. Os recém-chegados possuem estratégias de subversão orientadas para uma acumulação de capital específico que supõe uma inversão mais ou menos radical do quadro de valores, uma redefinição *mais ou menos* revolucionária dos princípios do capital detido pelos dominantes (Bourdieu,1989:155).

Assim, desde seus documentos pré-fundacionais, verifica-se que o PT reiteradamente apresenta-se como um instrumento para a organização das classes trabalhadoras, ou seja, daqueles que até aquele momento estavam fora

do jogo político, em oposição às classes dominantes que comandam o campo, dispondo-se a construir uma sociedade socialista no Brasil.

A proposta petista inicial foi a de construção de uma sociedade socialista, mas não é uma proposta de ruptura sistêmica nos moldes do socialismo do início do século XX. Ao ingressar no campo político, os partidos classistas e de massas provocaram a transformação do sistema partidário e com ele, do sistema político como um todo. Portanto, o campo político não é mais um espaço exclusivo de exercícios dos interesses das elites políticas e econômicas, ou seja, dos setores dominantes.

Como colocado acima, o PT em seu surgimento, quer transformar à sociedade brasileira, buscando participar do jogo político, ou seja, do campo político, obedecendo às regras do jogo democrático. Como argumenta Bourdieu (1989:156): “a condição de entrada no campo é o reconhecimento da disputa e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos limites que não devem ser ultrapassados, sob pena de exclusão do jogo. Segue-se daí que da luta interna só podem sair revoluções parciais, capazes de destruir a hierarquia, mas não o próprio jogo”. Isto significa muito mais do que o reconhecimento do próprio jogo, significa antes de tudo aderir ao jogo.

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo:

todos os que têm o privilégio de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples prazer de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como valendo a pena ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos (Bourdieu, 1989:172).

De acordo com o Manifesto do PT de março de 1986, “o PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido, proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”.

Surge então, o primeiro partido de massas criado no Brasil, de origem externa ao sistema parlamentar, apresentando uma forma definida das classes trabalhadoras inserirem-se no jogo político.<sup>9</sup> Um partido criado “de baixo para cima”, nascido longe do Estado e formado quase que exclusivamente por lideranças operárias e do movimento sindical, como demonstrado com o perfil de sua Primeira Comissão Nacional Provisória eleita em 1980. Dos 11 membros

---

<sup>9</sup> A denominação partido de massa refere-se aos partidos ligados à representação e defesa de interesses, demandas das classes trabalhadoras, que surgiram no decorrer das transformações econômicas e sociais decorrentes do processo de industrialização nos fins do século XIX. Estes surgem a partir dos movimentos reivindicatórios e de protesto organizados pelos trabalhadores. E, deste modo, passam a estruturar uma densa rede de organizações (sociais, sindicais, culturais, jornais) que vão agir como instrumentos de integração social e contribuir para reforçar a identidade política e os valores defendidos pelo partido. Não se desconhece a existência do PCB, criado em 1922, mas este partido permaneceu grande parte de sua existência na ilegalidade, não participando efetivamente do jogo político. Ver Duverger (1987).



efetivos: 6 eram presidentes de sindicatos, 2 eram líderes sindicais urbanos, 2 líderes sindicais rurais e 1 era parlamentar (PMDB-RJ) (Nicolau, 1996).<sup>10</sup>

De acordo com Nicolau (1996:20): “No momento de sua fundação, o PT contou, basicamente com atores de três diferentes culturas políticas: lideranças sindicais, organizações marxistas e católicos progressistas. Embora o PT tenha recebido a adesão de diversos parlamentares da então chamada “tendência popular” do MDB, os políticos foram figuras marginais no momento inicial do partido”.

Apesar da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) que disciplinava a organização e o funcionamento dos partidos, o Partido dos Trabalhadores se estruturou de forma diferenciada, promovendo uma ruptura com os moldes conhecidos de organização partidária no Brasil. O PT se diferenciou dos outros partidos ao permitir uma maior participação de sua base. O partido segundo Keck (1991) estimulou também uma luta interna contínua sobre a identidade do partido.

---

<sup>10</sup> Jacob Bittat (Presidente do Sind. Petroleiros de Campinas e Paulínia), Arnóbio Vieira Silva (Presidente do Sind. Bananeiros da região do Vale do Ribeira-SP), Henos Amorina (Presidente do Sind. Metalúrgicos de Osasco-SP), Luís Inácio da Silva (Presidente do Sind. Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema-SP), Olívio Dutra (Presidente do Sind. Bancários de Porto Alegre-RS), Paulo Skromov (Presidente do Sind. Coureiros de São Paulo), Wagner Benevides (Presidente do Sind. Petroleiros de BH-MG), Manuel da Conceição (Presidente do Sind. Dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim (MA), José Ibrahim (ex-Presidente do Sind. Dos Metalúrgicos de Osasco), Ignácio Hernandez, Luís Soares (Presidente da União dos Trabalhadores da Educação BH-MG), Edson Khair (Dep. Federal pelo PMDB-RJ).

Sendo assim, a sua origem é o primeiro ponto a se destacar no histórico do sistema partidário brasileiro. O PT organizou-se em torno das mobilizações do “novo sindicalismo” e de movimentos sociais urbanos. A organização e o funcionamento interno do PT também se diferenciaram das demais organizações partidárias. Conforme Meneguello (1989:41):

O PT introduz na estrutura partidária elementos para uma ligação mais estreita com suas organizações de base, dando maior ênfase às lutas sociais e menor importância, comparado aos outros partidos, à luta eleitoral – parlamentar. Seu perfil é o de uma organização mais complexa, definida pela formação de um núcleo profissional e de uma atuação permanente, extra-eleitoral.

A proposta política do partido, como afirmado acima, também se destaca dos demais, pois, o PT se propõe a construir o socialismo “para todo o povo” e, para as lutas do dia-a-dia. Trata-se, portanto, da inserção de demandas no sistema político brasileiro dos setores até então marginalizados. Com estas características o PT se colocou como a novidade dentro do quadro político partidário brasileiro. Meneguello (1989:36) aponta:

(...) segundo a concepção de Duverger, a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil: o PT é um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário, apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político, sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária, seu funcionamento interno define-se pela intensa, articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto a participação o PT define-se, em certo sentido, pela idéia “integralista de partido”; visa uma profunda integração com seus membros

através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, jornal etc.). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menor importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços como os movimentos sociais.

O ingresso dos trabalhadores no campo político, agora organizados em um partido (PT) colocou sérios problemas ao regime. Os militares, como mencionado acima, pretendiam controlar o processo de redemocratização. Neste sentido, desejavam através de novas agremiações dividir a oposição, mantendo assim o controle da situação. Por outro lado, não contavam com a postura petista que mesmo buscando o espaço de ação através do jogo eleitoral, tendeu também para a negação das práticas políticas institucionais, provocando então um movimento dialético dentro do próprio campo. Como afirma César (2002:51):

Em virtude de seu enraizamento social, da identidade político-classista que se dispôs a forjar e, ainda, de sua proposição socialista, o aparecimento e a consolidação do PT contrariou as expectativas de lideranças localizadas à direita, ao centro ou à esquerda do espectro político. Pela esquerda e o centro, ele foi visto como um “divisor das oposições” que, segundo concebiam, deveriam manter-se unidas num único partido. Para a direita, albergada no interior do Estado autoritário e gestora da reforma político-eleitoral de 1979, voltada para o enfraquecimento dos movimentos democratizantes e para a obtenção de uma sobrevivência do regime – O PT, ainda que aceito enquanto um possível “divisor das oposições”, aparecia, entretanto, em virtude da postura autonomista e antiinstitucional que adotava, como séria ameaça às pretensões do governo de controle sobre a sociedade civil.

O PT introduziu novos temas na arena político-institucional, o que levou ao redimensionamento do conflito entre as forças políticas existentes. Como afirma César (2002:230): “o aparecimento do PT possibilitou o ingresso na arena política de segmentos sociais de origem recente no país constituindo-se no processo de modernização econômica desde meados dos anos cinquenta – e que se mantinham até a fundação deste partido, à margem da participação política institucional, resultante do cerceamento imposto no período ditatorial”.

Enfim, o novo agente político, saudado na época de sua fundação como a novidade da política brasileira, rompeu com o padrão de organização partidária, conhecido no país, transgrediu os limites impostos pela ditadura, provocando um cisma no controle que o governo esperava ter do processo de redemocratização. Este fato ocorreu pelo seguinte motivo:

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (Bourdieu, 1989:164).

Concluindo, podemos afirmar que o Partido dos Trabalhadores com sua proposta política, programa, organização, incluindo os trabalhadores no jogo político, os até então excluídos do campo, colocou-se de frente àqueles que estavam nas posições dominantes.

Concretamente, isto, significa que o aparecimento de um artista, de uma escola, de um partido ou um

movimento a título de posição constitutiva de um campo (artístico, político ou outros) é marcada pelo fato de que sua existência “coloca, como se diz, problemas” aos ocupantes das outras posições; que as teses que ele afirma se tornam um objeto de lutas, que constituem um dos temas das grandes oposições em torno das quais se organiza a luta e que servem para pensar esta luta (por exemplo, direita/esquerda, claro/obscuro, cientificismo/anticientificismo), ( Bourdieu, 1989:169).

## **CAPÍTULO 2**

### **O SURGIMENTO DO PT EM GOIÁS E A POLÍTICA REGIONAL**

Neste capítulo realizaremos uma discussão sobre a conjuntura política goiana, no período de formação e organização do PT no estado. É importante ressaltar que outros estudos, não enfocando o PT de forma específica, têm-se ocupado com o tema (Borges,1988), (Assis,1996).

Alguns autores, Lima Jr. (1983,1999), Santos (2001) têm chamado a atenção para a diversidade dos partidos e do sistema partidário brasileiro dada as nossas diferenças regionais em termos econômicos, políticos e sociais,

ênfatizando que estes acabam por se expressar também nas organizações partidárias. Como afirma Lima Jr. (1983:23) (...) “as diferentes condições sócio-econômicas permitem a consolidação de distintas culturas políticas, que por sua vez influenciam o comportamento dos partidos”. Desta forma o estudo dos partidos políticos no âmbito regional assume significativa importância. Na medida em que existem na federação brasileira diferenças entre os partidos, dependendo de sua base territorial, é oportuno analisar os partidos políticos no âmbito regional. É no âmbito desta preocupação que esse estudo se insere, ao analisar o Partido dos Trabalhadores em Goiás.

Existem vários trabalhos que têm como objeto de investigação o Partido dos Trabalhadores em âmbito nacional (Meneguello,1989), (Gadotti, 1989), (Keck, 1991), (César, 2002), mas ainda são poucos os trabalhos de caráter regional, principalmente, quando nos referimos ao estado de Goiás.<sup>11</sup>

Como foi apontado no primeiro capítulo, com o golpe 64 ocorreu no Brasil à descontinuidade do quadro partidário emergido pós-45 e o país passou a ter uma nova realidade política. Em Goiás a cena política, no período de 45-64 estava dividida basicamente entre UDN e PSD, com a predominância do último. Contudo, a partir do golpe de 1964, os grupos políticos tiveram que se alinhar a

---

<sup>11</sup> Um estudo que aborda o Partido dos Trabalhadores em Goiás é o de Gontijo (2002), mas o enfoque dado pelo autor não é o mesmo adotado aqui.

ARENA ou ao MDB <sup>12</sup>, tendo em vista a implantação do bipartidarismo a partir de outubro de 1965, com o AI-2.

O fim do bipartidarismo ocorreu com a reforma partidária, em 21 de novembro de 1979 foram extintos ARENA e MDB e em 20 de dezembro foi publicada a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. A Lei nº. 6.767/79 determinava, dentre outras coisas: o prazo de 180 dias para registro de novas agremiações, a ser solicitado no TSE por um mínimo de 101 eleitores; a obrigatoriedade da inscrição da palavra “partido” na denominação e da letra P na sigla registrada; a realização de convenções regionais em pelo menos nove estados precedida de convenções municipais em 20% dos municípios de cada um deles; determinava que para obter registro definitivo o partido deveria contar com 5% dos votos à Câmara Federal em nove estados nas eleições de 1982, com o mínimo de 3% em cada um e proibia coligações partidárias nas eleições proporcionais a Câmara Federal, às Assembléias Legislativas e as Câmara Municipais (Borges,1988), (Nicolau,1996).

Em decorrência da crise de legitimidade do regime, o partido do governo, a ARENA, via suas bases sendo minadas. Como já foi bastante analisado pela literatura o MDB obteve consecutivas vitórias a partir de 1974. A crise econômica iniciada com a crise do petróleo em 1973, que minava os

---

<sup>12</sup> Em Goiás ocorria a bi-polarização entre PSD e UDN, no entanto admitiam-se dois coadjuvantes: o PTB, linha auxiliar do PSD e o PSP, linha auxiliar da UDN. Conforme afirma Souza (1990:38) “Mauro Borges, filho do chefe pessedista Pedro Ludovico Teixeira, assume o Governo do Estado em 1960, eleito pelo PSD com o apoio do PTB. No início, Mauro Borges conta com o apoio de todas as forças políticas, e com a relativa desmobilização do principal adversário do PSD, a UDN”. Para maiores esclarecimentos sobre o predomínio do PSD e UDN no período 1945-64 em Goiás ver Borges (1988), Moreira (2000).

alicerces do “milagre econômico” se agravara no final da década de 70, o governo não conseguia controlar a inflação. A sociedade exigia mudanças e o governo sancionou em 28 de agosto de 1979 a Lei da Anistia, como forma de responder às crescentes manifestações contra o regime (Souza,1997).

Apenas cinco partidos obtiveram registro definitivo após a reforma partidária, sendo eles: PMDB, PDS, PTB, PDT e PT. O PDS (Partido Democrático Social) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) apenas renomearam suas antigas estruturas, ou seja, ARENA e MDB. Depois de uma disputa pela sigla trabalhista, entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) concedeu a sigla a Ivete Vargas e o partido foi fundado basicamente por ex-políticos da ala moderada do antigo PTB. Dessa dissidência surge o PDT sob o comando de Leonel Brizola, constituído por antigos trabalhistas e por parlamentares que haviam iniciado a carreira política no plano federal no MDB (Nicolau,1996).

Em Goiás, o PDS e o PMDB absorveram as estruturas de seus antecessores (ARENA/MDB) e implantaram-se com grande rapidez. Além destes dois partidos somente o PT conseguiu se estruturar e cumprir as exigências legais, estabelecendo Comissões Provisórias em 20% dos municípios goianos até outubro de 1980 (Borges, 1988).

Todavia no estado de Goiás o fim do bipartidarismo não se encerrou com a volta do pluripartidarismo, permanecendo na política estadual,



consubstanciado em PMDB e PDS. Essas agremiações passaram a ser as protagonistas do jogo eleitoral no estado, a partir de 1982.

A resposta para a fragilização eleitoral das legendas outras que não PMDB e PDS vem de agrupamentos de fatores, nacionais e regionais, que se entrelaçam no contexto da reformulação partidária. Nacionalmente, seguidos pacotes eleitorais são editados para adequar as urnas de 1982 favoravelmente ao governo. No plano regional ocorre que mesmo antes destas medidas nacionais se fazerem sentir, o quadro partidário já indicava um alinhamento bipolar das forças políticas (Borges, 1988).

Assim, o PT teve dificuldades de se implantar no estado. As características do próprio estado concorreram para explicar este fato, uma vez que, grande parte de sua população residia no meio rural e que o estado vinha sendo ao longo do tempo comandado por diferentes oligarquias ou famílias, segundo os moldes da política tradicional.<sup>13</sup> Como argumenta Souza:

A partir de 1930, o Estado de Goiás passa a responder às exigências emanadas do poder central, dentro do novo quadro de organização centralizadora que se instala no país. Preserva, entretanto, a prática política tradicional para a resolução dos conflitos locais. Área de fronteira, cada vez mais integrada ao mercado nacional desde o programa de Getúlio Vargas conhecido como “Marcha para o Oeste”, Goiás desenvolve uma agricultura e uma pecuária extensiva,

---

<sup>13</sup> Em 1902 Xavier de Almeida chega a Presidência do Estado de Goiás, pondo fim à dominação da oligarquia dos Bulhões. Mas, logo a seguir foi deposto pela oligarquia dos Caiado, que controlaria o poder até 1930. A revolução de 1930, desloca os Caiado do poder, em Goiás o processo foi comandado pelas oligarquias dissidentes do sudoeste goiano, capitaneadas por Pedro Ludovico Teixeira. Como nos confirma Souza (1990:35): “Com a Revolução de 30, Pedro Ludovico Teixeira, ligado por laços matrimoniais a família de um grande proprietário de terras da região sudoeste, assume o poder em Goiás. Encerra a dominação da oligarquia dos Caiado que se iniciara em 1912. Interventor das forças revolucionárias em 1930, eleito indiretamente governador em 1935, interventor do Estado Novo em 1937, Pedro Ludovico deixa o poder para a UDN em 1945. Tal como Getúlio Vargas, retorna pelo voto direto em 1950. Elegeu seus sucessores, os candidatos do PSD Juca Ludovico em 1954, José Feliciano em 1956 e seu filho, Mauro Borges, em 1960”. Para maiores esclarecimentos ver Borges (1988), Machado (1990).

ocupando progressivamente suas terras ao norte. A ocupação de terras não se faz sem que ocorram conflitos entre os proprietários fundiários e o campesinato, que dirige-se em grandes contingentes para regiões onde as terras devolutas são ainda abundantes e realizam a ocupação mediante a posse. O Estado, em Goiás, que continuava apoiado em bases coronelísticas, como na Primeira República, responde a esses conflitos posicionando-se a favor dos proprietários e reprimindo as disputas que se estabelecem entre os próprios fazendeiros ou grileiros pela titulação das terras. Essas disputas eram também resolvidas pela justiça privada dos “coronéis” ou pelas milícias estaduais que se colocavam a serviço da facção identificada com o situacionismo (1990:35:36).

A partir da retrospectiva realizada, passamos a analisar o surgimento do PT em Goiás, em 07 de outubro de 1980. Cabe lembrarmos que as discussões acerca da fundação do partido já ocorriam desde de 1978/1979 em nível nacional e dentro e fora do país. Pinheiro Salles, militante que participou da luta armada contra o regime autoritário, ao tratar o tema observa que:

Dentro da própria cadeia discutiam-se a criação do partido, pois chegavam informações sobre as greves operárias do ABC paulista. Então, discutíamos com companheiros do PC do B que se opunham à formação deste partido, companheiros do PCB se opunham e mesmo de outras organizações que não tinham grande representação junto à massa também se opunham. Eu fui com diversos outros companheiros um dos primeiros a defender a necessidade da criação desse partido.<sup>14</sup>

De acordo com Athos Magno outro militante da esquerda que também participou das discussões iniciais para a criação do PT:

---

<sup>14</sup> Antonio Pinheiro Salles é Jornalista, Escritor e Bacharel em Direito e atual Secretário da Administração Municipal de Goiânia. Militante do PT há 23 anos, membro da Tendência Marxista do PT. Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

No exílio nós sabíamos que a luta armada enfrentava sérios problemas no Brasil, e começou a surgir uma discussão sobre uma nova concepção política, um partido, não uma organização político-militar, uma elite que iria conduzir o povo através de outros exemplos de luta armada para livrar o povo da ditadura. Isso era uma concepção nossa de estudantes, que dava o exemplo através da luta armada, fustigando a ditadura e que um dia o povo acordaria e nos seguiria. Começa então a surgir a discussão sobre um partido de massas, um partido que tivesse um amplo enraizamento social, criado de baixo para cima. Essa discussão chegou lá na Europa, formamos um grupo intitulado: “iniciativa”. Esse grupo discutia na Alemanha, França, Bélgica os rumos que iríamos tomar, uma parte defendeu ir para o partido do Brizola, eu e outros defendemos a entrada para o partido que estava sendo criado pelo Lula, o PT.<sup>15</sup>

Conforme já foi observado, o PT goiano surgiu numa conjuntura em que se observou uma polarização entre forças políticas já enraizadas na política estadual, encontrando assim grandes dificuldades. Ao contrário de outras regiões do país, em Goiás o Partido dos Trabalhadores não contou com uma base social sólida.

Em linhas gerais, a adesão do movimento sindical para a formação do PT no âmbito nacional foi em boa parte resultado dos trabalhos que os líderes petistas de maior destaque, como Lula (presidente do SMSBCD-SP), Olívio Dutra (presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – RS), João Paulo Vasconcelos (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade – MG) e outros, promoveram em direção à unificação de demandas e lutas do sindicalismo desde 1978. As principais mobilizações para a formação do PT, no entanto, deram-se através dos líderes do novo sindicalismo das regiões Sul e

---

<sup>15</sup> Athos Magno Costa e Silva é professor universitário, participou de todo o processo de formação do Partido dos Trabalhadores em Goiás. Saiu do partido em 1985, voltou pouco tempo depois e foi eleito deputado estadual em 1986 e reeleito em 1990. Hoje se encontra afastado do partido. Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

Sudeste do país, sobretudo do Estado de São Paulo. Concentrando as mais importantes indústrias de ponta do país e, portanto, boa parte dos sindicatos de maior força político-mobilizadora do novo sindicalismo, São Paulo abrigava os mais importantes líderes sindicais da chamada “corrente autêntica” (Meneguello,1989:58).

Ainda com relação a esta discussão Pinheiro Salles argumenta:

O PT de Goiás, como de todos os estados, possui ligações com o PT nacional, mas eu cheguei a dizer que o PT de Goiás era um dos mais atrasados do país, e isso eu me considerando dentro dele, portanto, não é nenhuma crítica a pessoas isoladas. Mas pelo fato de que o PT goiano encontrava dificuldades que não eram encontradas por companheiros do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, por exemplo. Porque nestes estados tinha uma classe operária mais organizada, mais consciente, com uma maior tradição de resistência. Aqui em Goiás houve muita resistência, muita luta, lutas heróicas como de Trombas e Formoso e muitas outras. Contudo, não havia uma experiência mais organizada dos trabalhadores em nível partidário e tudo era absorvido pelas organizações das oligarquias.<sup>16</sup>

Com relação à força do bipartidarismo no estado e as dificuldades enfrentadas pelo PT em seu processo de formação, Osmar Magalhães, que no período em discussão liderava o movimento dos professores da rede pública, afirma:

O PT em Goiás nasce, assim como em todo o Brasil com extrema dificuldade, porque nós vivíamos na história do Brasil e em Goiás de forma mais fundamentada o bipartidarismo. Duas forças políticas, dois pólos que se organizam, diante desta situação para você construir um outro pólo dentro deste conflito, desse confronto existente, era muito difícil. Isto no âmbito do estado, em cada cidade os partidos eram

---

<sup>16</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

formados enquanto famílias, grupos, oligarquias. Havia um revezamento destas oligarquias no poder, então quando surgiu um novo partido, a tarefa não era fácil, entrar com uma cunha dentro destas forças era muito complicado. Enquanto se buscava organizar o PT havia muito deboche, quantas e quantas vezes fomos debochados: petezinho, peteco, barbudinhos, vagabundos, subversivos.<sup>17</sup>

Como já observamos a conjuntura política estava alicerçada numa disputa muito forte entre os dois blocos hegemônicos da política goiana (PMDB *versus* PDS), esta colocação fica ainda mais evidente no depoimento de Pinheiro Salles:

No início, essas forças políticas, essas oligarquias nos trouxeram inúmeras dificuldades, por exemplo, na participação das eleições de 1982. Nós nos dirigíamos para o interior, alguma cidade ou roça qualquer, vamos dizer o município de Ceres. Travávamos um grande debate em torno do PT, suas propostas, programa e éramos muito aplaudidos por todos. Depois de toda explanação, de todos os aplausos, alguém levantava o dedo e dizia: “eu gostei muito do PT, é muito bom, agora você me informa uma coisa: o PT está mesmo de qual lado? Do lado de Otávio Lage [PDS] ou do Íris Rezende [PMDB]?”. Daí você sentir tamanha nossa dificuldade, nós dizíamos: não o PT está do lado dos trabalhadores, Íris Rezende e Otávio Lage estão do mesmo lado, Caiado e Ludovico estão do mesmo lado, nós estamos do outro lado. Entretanto, isso era difícil das pessoas compreenderem.<sup>18</sup>

Portanto, frente às questões acima mencionadas e das dificuldades impostas pela própria legislação, cabe perguntarmos: Como se estruturou o PT

---

<sup>17</sup> Osmar de Lima Magalhães, professor universitário, vice-presidente regional do PT e atual Secretário da Administração Municipal de Goiânia. Filiado ao partido desde 1986, mas participou de todo o processo de organização do partido desde o primeiro momento. Entrevista ao autor em 27 de agosto de 2003.

<sup>18</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

em Goiás? Quais foram as suas bases? Como se efetivou o processo de implantação do PT no estado? São estas as questões que procuraremos responder a partir de agora.

A situação política em Goiás, à semelhança da conjuntura nacional, no período da fundação do PT tinha como elemento central a ascensão maciça do PMDB, e no estado de forma específica, a forte liderança exercida por Íris Rezende Machado. Então ocorria a seguinte polarização, de um lado o PMDB fadado à vitória e de outro o PDS.<sup>19</sup>

Neste sentido, o PT precisava estruturar uma base social sólida no estado. O ingresso de intelectuais, militantes que participaram da luta contra o regime, foi peça fundamental na formação do partido. De acordo com Athos Magno:

O PT foi organizado em Goiás por intelectuais, basicamente da classe média, havia operários que tinham a iniciativa de discutir um novo partido, Narciso por exemplo. Mas com a reunião dos antigos militantes da esquerda armada ou da esquerda de inspiração marxista que embora não tivessem praticado a luta armada, a união desses intelectuais imediatamente consolidou o PT como um partido surgido a partir de intelectuais de formação marxista ou de católicos com influência marxista. Logo formou-se o núcleo com embrião de dirigentes deste partido. Então eu cito um encontro na Câmara Municipal de Goiânia no início do

---

<sup>19</sup> Conforme afirma Assis (1996:99): “Entre 1982 e 1994 a agremiação [PMDB] elegeu, no estado, todos os governadores, todos os senadores, 59,70% dos deputados federais e 49,69% dos deputados estaduais”, e a maioria dos prefeitos. Goiás, não diferiu na eleição de 1982 de outras unidades da federação, as primeiras após o retorno do pluripartidarismo, nas quais o PMDB obteve grande êxito eleitoral. Porém em Goiás o partido, como vimos, foi quase hegemônico no período de 1982 a 1994.

ano de 1980, onde estávamos Pedro Wilson [professor universitário, atual prefeito de Goiânia] e eu na condução dos trabalhos. Neste encontro havia também militantes de origem democrática popular influenciados pelo Santillismo [Henrique Santillo, então no PMDB e ex-Ministro da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso], mas que não chegaram a constituir um núcleo dirigente do partido. Que eu me lembro foram militantes da esquerda armada de origem marxista e militantes da esquerda católica influenciados pelo marxismo, eu cito o Pedro Wilson ligado a igreja, eu e Pinheiro Salles.<sup>20</sup>

Entretanto, é preciso ressaltar também o papel desempenhado pelos funcionários públicos e dentre esses os professores da rede pública. Para Osmar Magalhães, a participação dos professores na formação do Partido dos Trabalhadores em Goiás foi fundamental, juntamente com o movimento de base da Igreja Católica. Os professores da rede pública estadual estavam organizados no CPG (Centro dos Professores de Goiás), que naquele período organizava greves regionais, tornando-se então um dos pilares do PT goiano.<sup>21</sup>

Embora o PT contasse com o apoio do CPG, a conjuntura regional não favorecia o partido, podemos dizer que ocorriam inúmeros conflitos. O programa, as propostas petistas de inserção da classe trabalhadora no campo político colocava uma série de problemas àqueles que desejassem participar do jogo político, pois estávamos vivendo um período de transição política e muitos temiam represálias. Como explica Osmar Magalhães:

---

<sup>20</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

<sup>21</sup> O CPG originou o atual SINTEGO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás).

Éramos vistos como subversivos, *persona non grata*. Quando eu entrava nos corredores do Centro Administrativo era como se eu fosse uma ar quente, todo mundo corria para suas salas no intuito de não ser visto comigo. Imagine se alguém fosse visto com o professor Osmar nos corredores, porque daí viria perseguição, demissão, no mínimo deslocamento de local de trabalho. Então a porta se abria, a pessoa nos puxava para dentro, mas logo dizia: “ninguém pode saber que nós estamos juntos aqui”.<sup>22</sup>

Desse modo, percebemos que o Partido dos Trabalhadores encontrou barreiras para se implantar no estado. Além do recrutamento dos setores sociais já mencionados, é importante destacar a vinda de militantes oriundos dos movimentos sociais como o Movimento Contra a Carestia, Movimento pela Legalização das áreas de posses urbana, etc. Como argumenta Alberto Gomes de Oliveira então militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais de Goiás:

Acontecia que naquele momento [1977/1978] estava havendo uma reflexão no Brasil, inicia-se com as Comunidades Eclesiais de Base, Sindicato de Trabalhadores Rurais que tinham uma perspectiva de luta [reforma agrária], Sindicatos Urbanos [CPG], luta pela moradia. Em Goiânia com o processo de ocupação do bairro Nova Esperança, que aqui foi umas das maiores vitórias do Movimento pela Moradia. Aqui, esses núcleos, essas bases que refletiam o dia-a-dia, o problema da moradia, da terra, do salário, o problema da organização dos trabalhadores começaram a perceber e colocar em pauta que era necessário um outro tipo de instrumento. O partido nasce em Goiás como resultado de um encontro de experiências, não foi uma coisa mecânica. Ocorreram vários debates ao nível da CPT, ao nível dos Movimentos Sociais, essa era uma necessidade. É claro que os indivíduos da esquerda também realizavam a leitura de que o PMDB não seria seu

---

<sup>22</sup> Entrevista ao autor em 27 de agosto de 2003.



espaço. Neste sentido, mesmo em Goiás, o PT foi o resultado de anseios e experiências diferenciadas.<sup>23</sup>

É preciso ressaltar, que os integrantes oriundos destes movimentos dificilmente irão fazer parte dos núcleos dirigentes do partido, como será mostrado mais adiante. Os conflitos internos começaram a se esboçar no PT goiano logo no início da formação da agremiação. No momento de fundação do Partido dos Trabalhadores em Goiás, ingressaram no partido Henrique Santillo, Onofre Quinan, Joaquim Roriz, César da Cunha Bastos, Línio de Paiva, Ademar Santillo, Joselino Machado, todos políticos já renomados, estabelecidos, de formação democrática, ex-integrantes do PSD e do (P)MDB. Naquele momento, podemos afirmar que o núcleo dirigente do PT esteve dividido entre este bloco, os militantes da esquerda e os remanescentes da luta armada.

A disputa pela direção do processo de estruturação da organização no Estado, era conhecida pelo PT nacional que achava importante a participação do grupo Santillo, mesmo contrariando uma das teses básicas defendidas pelo partido que era a de que o “PT seria um partido sem patrões”. Portanto, ainda em 1980, ocorreu à primeira ruptura no PT goiano. Sobre este fato, Athos Magno afirma:

Acontece que aqui em Goiás as coisas eram muito diferentes, os ataques ao grupo Santillo eram muito sistemáticos. Apesar de Henrique Santillo ser prestigiado no encontro de São Paulo (1980) e tivesse

---

<sup>23</sup> Alberto Gomes de Oliveira, no período de organização do PT era trabalhador rural e líder do Movimento dos Trabalhadores (MT), atualmente é dono de uma banca de revistas em Goiânia e ainda está filiado ao PT. Entrevista ao autor em 27 de novembro de 2003.

interesse em princípio de prosseguir no PT, Ademar Santillo [irmão de Henrique Santillo] liderou a saída do grupo do partido, dizendo que um partido como esse levaria quinze anos para formar lideranças, sendo que ele e seu grupo já eram conhecidos e nós desconhecidos. Ele liderou a saída do grupo e abandonou o encontro na Assembléia Legislativa de São Paulo. Neste encontro, portanto, o grupo Santillo se retirou, só ficando o Línio de Paiva e o César da Cunha Bastos. A partir desse momento o grupo de origem católica influenciado pelo marxismo e o grupo marxista que participou da luta armada vai começar a se organizar, tentar ampliar sua influência em Goiás.

<sup>24</sup>

O primeiro passo foi eleger uma Comissão Provisória, seus integrantes eram: Presidente – Línio de Paiva (advogado); Vice-Presidente – César da Cunha Bastos (advogado); Secretário-Geral – Athos Magno Costa e Silva (professor); Primeiro Secretário – Augusto César A. de Franco (professor); Tesoureiro – Alberto Gomes de Oliveira (trabalhador rural). O segundo passo foi iniciar a estruturação do PT no estado de Goiás. Como grande parte da população estava no meio rural, o PT goiano voltou-se para o campo, numa tentativa de conquistar o trabalhador rural. Neste sentido, foi muito importante a participação de movimentos sociais ligados ao campo como Oposição Sindical, MT (Movimento dos Trabalhadores) e CPT na formação e estruturação do Partido dos Trabalhadores em Goiás. De acordo com Alberto Gomes de Oliveira:

O PT nasce como parte de um trabalho emergente de trabalhadores tanto do campo como da cidade, que não tinham nenhuma prática política nem na esquerda nem na direita. Grande parte teve sua militância inicial na Igreja Católica, mas também possuía uma série de bases que não. Basicamente nós podemos dizer que o PT nasce da luta popular dos trabalhadores rurais do país inteiro [no norte, por exemplo, com a luta camponesa no Acre com Chico Mendes]. Aqui em Goiás a Oposição Sindical e o Movimento dos

---

<sup>24</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

Trabalhadores Rurais, juntamente com o Movimento do Custo de vida, todos esses setores perceberam a necessidade do partido.<sup>25</sup>

O PT iniciou uma aproximação com o MT que era liderado por Augusto de Franco, Alberto Gomes de Oliveira e Robinho Azevedo, este último líder dos movimentos sociais de ocupação das áreas de posse urbana. Esta aproximação começava a proporcionar ao partido uma base rural e urbana mais organizada. Isso não quer dizer que o PT não tivesse antes uma influência naqueles movimentos, no entanto essa era ainda muito incipiente. Além disso, o partido, era atacado violentamente pelo PMDB e de certa forma pelo PDS, que também disputavam aquele espaço político. Contudo, as conquistas dessas forças políticas começavam a estabelecer um enraizamento do PT no campo através de uma base mais organizada que era o MT e nas periferias urbanas através do MB (Movimento de Bairros).<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Entrevista ao autor em 27 de novembro de 2003.

<sup>26</sup> Sobre o Movimento dos Trabalhadores, comenta Alberto Gomes: “Na verdade nós tínhamos a Oposição Sindical Rural e nesse primeiro momento todos participavam da mesma instância, mesma organização, com os mesmos propósitos. Mas chega o momento que começa a ocorrer uma reflexão dentro do próprio movimento, e a questão era simples: a autonomia. Autonomia no sentido de ação, iniciando-se em primeira instância em relação à Igreja Católica. Naquele momento a Igreja tinha uma postura muito obrerista, muito basista, mas os trabalhadores tinham o anseio de possuir sua própria organização e que pudessem caminhar com suas próprias pernas. Mais a frente é que nós veríamos que autonomia significava capacidade real de caminhar com força própria. Portanto, autonomia não se pede, se conquista, e esse processo de busca pela autonomia não foi fácil, porque com todos os erros e acertos, ela determina um patamar diferenciado. Era uma autonomia não só da Igreja, mas também da estrutura sindical, esse era o primeiro aspecto da divergência entre nós e a Oposição Sindical. O segundo aspecto da divergência vem do processo anterior a fundação da CUT, o conjunto dos trabalhadores rurais realizam uma aliança com movimentos sociais urbanos (Movimento do Custo de Vida, Movimento pela Moradia). Essa aliança entre trabalhadores do campo e da cidade amplia, vai além de uma categoria, começa a se definir politicamente como um movimento autônomo, não só em relação a Igreja, mas também em relação a outras instâncias. Ele não é um movimento de uma categoria, isso gera uma grande divergência com a Oposição Sindical e principalmente com a CPT, e neste momento ocorre uma ruptura entre os setores mais ligados a Igreja e os setores que estavam mais próximos do Movimento do Custo de Vida. E é da continuidade deste movimento que surge o Movimento dos Trabalhadores (MT). O MT defendia uma luta mais profunda contra a estrutura sindical e não unicamente a tomada da direção da Federação pura e simples, com a reprodução daquela política, defendia um processo

Com o apoio do MT, o PT procurou consolidar uma base mais sólida no campo, era necessário estabelecer uma aliança com a CPT (Comissão Pastoral da Terra)<sup>27</sup>, uma vez que por intermédio desta o partido chegaria principalmente a Oposição Sindical, que tinha divergências com o MT. O Partido havia conseguido conquistar o MT, mas tinha que se aliar também com a Oposição Sindical.<sup>28</sup> Sobre esse processo de conciliação Athos Magno comenta:

---

de autonomia. Com a colocação destas posições, na formação do PT ocorre outra diferenciação, a Oposição Sindical se aproxima da “Articulação” e o MT aproxima-se da esquerda do partido. A partir desse momento as divergências ganham um corpo bem acentuado e é sempre bom lembrar que, já no início nós (MT) entramos para o PT de forma independente da Oposição Sindical e da CPT, entramos como o Movimento dos Trabalhadores”. Entrevista ao autor em 27 de novembro de 2003.

<sup>27</sup> Padre José Guiarine, atual coordenador da Comissão Pastoral da Terra Regional –Goiás, em seu depoimento afirma: “A Comissão Pastoral da Terra surgiu no Brasil em 1975, portanto, são quase 30 anos de história. Nasceu como uma resposta aos anseios dos trabalhadores do campo, que não tinham há trinta anos atrás, vigência do regime militar, uma representatividade, sindicatos fortes que pudessem ser instrumentos de organização dos trabalhadores, um instrumento de lutas em busca de seus direitos, na defesa das suas propriedades, de suas terras. Alguns anos depois na luta pela conquista da terra, na luta pela reforma agrária ampla, que pudesse atender a todas as necessidades dos sem terra que vinha se criando em consequência do êxodo rural, da expulsão dos camponeses do seu ambiente no campo para as periferias das grandes cidades. Então, a CPT nasce mesmo como uma entidade ligada a Igreja Católica e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Inclusive no início foi uma idéia de um grupo de bispos de lançar esta organização de apoio. A CPT não é uma representação dos trabalhadores, mas é uma entidade da Igreja Católica que visa apoiar as organizações dos trabalhadores, uma entidade pastoral, como o próprio nome lembra. Pastoral no sentido de apoiar, de assessoria, de formação junto aos trabalhadores e suas organizações. A representação dos trabalhadores nós encontramos nos sindicatos, nos movimentos sociais diversos: MST (Movimento dos Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MTL (Movimento Terra e Liberdade), de sindicatos locais, Federações, da própria CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura). A CPT não tem inscritos, não tem sócios diretos, busca apoiar, ser assessoria, ser elemento de estímulo, de formação. Assim, a tarefa mesma da CPT e que esta incluída em sua missão geral é de favorecer o crescimento da autonomia dos trabalhadores, sempre temos esta preocupação de não substituir os trabalhadores, mas procurar ajudar os trabalhadores a se sentirem protagonistas de sua história, de suas ações, de suas políticas e organizações”.

<sup>28</sup> Sobre o surgimento da Oposição Sindical, Alberto Gomes comenta: “De 1964 a 1968 ocorre a desarticulação de toda luta rural em Goiás. O regime militar destruiu todas as iniciativas sindicais, inclusive exterminando as resistências que restavam em Trombas e Formoso, culminando com o assassinato de José Porfírio [líder dos trabalhadores rurais, eleito deputado estadual pelo PSB em 1962. Por ato do Presidente da República em 01/06/64, teve cassado seu mandato]. Isso coincide com a chegada de Dom Thomas Balduino para a Diocese de Goiás. Dom Thomas tinha uma linha de trabalho e de preocupação com os mais pobres, percebendo as condições de vida dos trabalhadores rurais. Juntamente com a equipe da Diocese de Goiás inicia um processo de rearticulação dos sindicatos rurais, só que nesse momento os sindicatos eram totalmente

Fizemos uma reunião em Bela Vista, onde foram Hamilton Pereira [atualmente membro do diretório nacional do PT] e eu. O Hamilton apresentou a Oposição Sindical Rural que estava presente: Nelson Teles e Antonio Alonso (Bela Vista), Benedito dos Passos (Faina), Milton do Carmo (Anápolis), Onofre (Taquarau) e Elieser (Uruana), essa área rural era de influência política e orgânica da Igreja Católica através da CPT. Lembramos que fui ali conversar em nome do PT e o Hamilton era o articulador entre o PT e a Igreja Católica. Guardando autonomia do movimento sindical, eles como indivíduos optaram pelo PT, assim nós passamos a ter uma penetração muito grande no campo.<sup>29</sup>

Consolidada a base de apoio ao partido no campo através do MT, Oposição Sindical e CPT, o próximo passo decisivo para a formação do Partido dos Trabalhadores no estado (ainda em 1980) foi voltar-se para as cidades, no intuito de organizar e fundar as Comissões Provisórias. É oportuno mencionar que grande parte desse trabalho de fundação de comissões provisórias realizou-se de ônibus, desse modo o PT foi fundado primeiramente em cidades próximas às rodovias por onde circulavam os ônibus. Assim, o PT foi fundado ao Norte nas cidades de Porangatu, Gurupi, Guaraí, Araguaína e Tocantinópolis ao longo da

---

dominados pelo Ministério do Trabalho. Só que a Diocese de Goiás nem os sindicatos perceberam a presença de um fazendeiro (Antonio Bueno), que fora orientado pelo governo a partir da fundação dos sindicatos de Goianira, Catalão, Anápolis, Nova Veneza a organizar a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Goiás, mas acontece que ele era um agente do regime. Ocorre então uma aliança com a Diocese de Goiás, isso por volta de 1969/1972 e fundam os sindicatos de Britânia, Itapirapuã, Fazenda Nova, Itaguaçu, Carmo do Rio Verde e Ceres, isso dentro da Diocese de Goiás. Como a Diocese de Goiás realizava um trabalho de reflexão da realidade, a partir de 1972, começa o choque entre a orientação dada pela Igreja e a orientação dada pelo governo através do Ministério do Trabalho, no que culmina na intervenção do sindicato de Itaberaí pela própria Federação. Nesse momento, começa uma reflexão sobre o movimento sindical, inicia-se um movimento apoiado pela Diocese de Goiás chamado “Oposição Sindical”, que englobaria praticamente todos os municípios. Começando então a lutar em assembleias, compondo chapas para disputar a presidência da Federação, como em determinado município em que não havia sindicatos, organizando os mesmos dentro de uma perspectiva diferenciada. No primeiro momento, a preocupação central era ganhar a Federação, mas ao fazer uma reflexão sobre a estrutura sindical, esse movimento avança numa tentativa de romper com esta estrutura sindical”. (Entrevista ao autor em 27 de novembro de 2003).

<sup>29</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

rodovia Belém-Brasília. Ao Sul, Sudeste e Sudoeste o PT também foi fundado ao longo das rodovias. Naquela etapa de fundação destacou-se, por exemplo, a região do Bico do Papagaio (atual estado do Tocantins). Como explica Athos Magno: ‘tivemos que andar a pé praticamente toda a região juntamente com o padre Josimo Tavares que era militante da CPT e que também era ligado ao PT’.<sup>30</sup> Mas como se deu este processo? Quais foram os passos seguidos?

Primeiramente os petistas não procuravam nenhum político da região, pois a proposta do partido era procurar aqueles que desejavam entrar em um novo partido, dos trabalhadores, não o estabelecido. Havia a certeza de que os líderes que seriam arregimentados precisariam de um período de tempo para se firmarem politicamente. Esclarece Athos Magno:

Então nós não procurávamos nenhum político da região, se não tem nenhum político naquela região, nós procurávamos, e ficou famosa uma frase, eu não sei quem disse: nós fomos procurar o PT do “sindicato do padre”. Procurávamos o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais que tinha uma grande chance de ser ligado à Igreja Católica, através da CPT. Assim, dizia-se que o sindicato do padre iria para o PT. O PT do “sindicato do padre”, contudo era um embrião muito pequeno e marginalizado, excluído e atacado. Isto porque a Igreja Católica que atuava no campo através da CPT, era naturalmente católica, porém com forte influência marxista. Este padre era católico radical, portanto, ele era o padre do trabalhador rural, aquele trabalhador que era marginalizado pelo fazendeiro, pelo prefeito, pelo juiz, pelo delegado e pela FETAEG que era pelega, esse trabalhador se aproximava do padre.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

<sup>31</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

Assim, podemos concluir que para estruturar o partido em um determinado município, em primeiro lugar os petistas tinham que se aproximar do padre e do presidente do sindicato rural. O partido via esta possibilidade através da CPT, neste sentido foi esta entidade que estabeleceu a aproximação entre as partes.<sup>32</sup> Em todas as regiões do estado, estabelecia-se o ritual que era uma longa discussão, conversação com o padre ou a freira do município com a intenção de indagar se não estava na hora de atuar politicamente no PT. Surgia então um problema para o partido, nem o padre nem a freira tinham a intenção de tomar decisões pelo povo, pois achavam que a decisão de fundar o PT tinha que ser dos próprios trabalhadores. Como argumenta padre José Guiarine:

A CPT sabe da necessidade dos trabalhadores terem seus partidos políticos fortes, escolhidos pelos próprios

---

<sup>32</sup> Sobre o elo de ligação entre o PT e a CPT, padre José Guiarine comenta: “Há tendências diferentes na Igreja Católica, sempre teve uma igreja ligada ao poder, mas ao mesmo tempo temos uma igreja que procura ser expressão do povo, popular, ligada diretamente as camadas mais pobres da sociedade, isso não é novidade na história. A igreja sempre foi envolvida nesta tentativa de iluminar a caminhada dos desamparados, dos pobres, dos que buscam uma sociedade diferente, onde possam ser membros e partes, e não vivendo sempre à margem, olhando sempre a sociedade oficial que vive, esbanja seu poder, sua riqueza e o povo sempre a margem, sobretudo no campo onde se criou essa divisão entre o poder político-econômico representado pelo latifúndio, representado pelo poder político que só defende os interesses nacionais e internacionais dos poderosos. Sempre a Igreja via em contraposição o aumentar das camadas dos excluídos, excluídos do campo, habitando a periferia das grandes cidades. Tudo se traduz na atuação não só da CPT, mas também dos partidos de esquerda, mesmo com altos e baixos, mas sempre com mais sensibilidade para as causas sociais. Então, neste sentido a CPT como expressão de uma Igreja envolvida, comprometida com o povo, que procura alguém que os acompanhe, que os defenda, que os ajude a se organizar. Portanto, temos a CPT como expressão da Igreja e o partido político como expressão de uma sociedade que procura se auto gerenciar, se construir, entendendo os partidos políticos como comprometidos com a luta dos trabalhadores, com a organização dos trabalhadores, então é evidente que acabaram se encontrando, não foi uma escolha, a CPT nunca escolheu um partido político, um setor político para atuar, não foi uma escolha de princípios, de missão, mas sim uma escolha pragmática, de fato acontece que na defesa dos trabalhadores do campo acaba encontrando partidos que possuíam o mesmo desejo, a mesma vontade, foi o caso do PT. Fica assim, evidente a sintonia entre o Partido dos Trabalhadores e a CPT. O elo entre a Igreja Católica, incluindo sobretudo a CPT e o PT, é justamente os “trabalhadores”. Nós apoiamos o partido, mas nós apoiamos e nos identificamos com as lutas, com a organização dos trabalhadores. No momento em que o partido se constituiu, o Partido dos Trabalhadores em níveis nacional, regional e municipal, nos mais longínquos recantos do país, como um partido que de fato defendia os interesses dos trabalhadores, se encontra no mesmo campo, no mesmo espaço, a Igreja comprometida e é claro a Comissão Pastoral da Terra”. Entrevista ao autor em 23/12/2003.

trabalhadores, representantes de fato e direto dos mesmos. Neste sentido, os trabalhadores precisam ter suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos) que ajudem a se estruturarem no trabalho de organização. A CPT tem a compreensão, consciência de que os trabalhadores precisam se organizar na escolha de seus representantes políticos, porque é através da política que se consegue políticas públicas capazes de atender suas demandas, suas necessidades. Agora, é preciso que eles elejam seus representantes dentro dos partidos que eles acham que estão do lado deles. Não pode ser a CPT a substituir os políticos, a CPT pode ajudar a refletir, ajudar na organização política para que de fato cheguem a ter nas diferentes esferas de poder seus representantes. Neste sentido, são eles mesmos que precisam decidir, formar e fortalecer seus movimentos, sindicatos, partidos.<sup>33</sup>

De acordo com os religiosos eram eles, ou seja, os próprios trabalhadores rurais que deveriam decidir o momento, o dia para a realização do encontro com os integrantes do partido. Mas, como argumenta Athos Magno:

A partir disso, nós passamos a discutir com o Sindicato ou a Oposição Sindical sobre o momento, e este era o grande problema, porque ao mesmo tempo que nós tínhamos a urgência de fundar o PT para a legalização do partido no país, senão nós não poderíamos participar das eleições de 1982, tínhamos também de lançar candidatos em pelo menos nove estados, e em cada estado pelo menos em 20% dos municípios de cada um deles, era candidato a governador, deputados, vereadores. Portanto, tínhamos que legalizar o PT. Por outro lado, nós tínhamos de aguardar o momento de amadurecimento para o qual nós não estávamos acostumados, isto era um grande sofrimento.<sup>34</sup>

Assim, o PT em Goiás, carecendo de uma base social sólida, teve de empreender um grande trabalho no sentido de conquistar os movimentos sociais

---

<sup>33</sup> Entrevista ao autor em 23 de dezembro de 2003.

<sup>34</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.



para se estruturar em todo o estado. Como grande parte da resistência e organização dos trabalhadores estava no campo, foi lá, que o trabalho de estruturação do partido começou. É claro que em regiões mais industrializadas, ou seja, nos grandes centros urbanos do país existia uma base operária que forneceu ao partido seu enraizamento social. Em Goiás isso não aconteceu, ficava evidente que o PT goiano teria que se encaminhar para o meio rural.

O PT em Goiás conseguiu estruturar suas Comissões Provisórias a partir de sua composição com o MT, Oposição Sindical e da CPT que tiveram respaldo dos trabalhadores rurais. Esta seria, portanto, sua principal base social. Além desses movimentos, merecem destaque também o CPG, o Movimento pelas áreas de posse urbana, o Movimento do Custo de Vida, mas esta base era muito incipiente. Isso porque os professores e principalmente os funcionários públicos temiam represálias do PMDB e os movimentos sociais urbanos não eram suficientes para assegurar a base social que o partido necessitou para se implantar no estado, como mencionado anteriormente. Concluindo nossa discussão, o trabalho de fundação e legalização do Partido dos Trabalhadores em Goiás se concretizou a partir de todo este processo. O primeiro grande teste do partido seriam as eleições de 1982.

## **CAPÍTULO 3**

### **A COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS LIDERANÇAS DO PT EM GOIÁS**

Há um certo consenso na literatura segundo a qual o PT pode ser considerado uma novidade na cena política brasileira (Meneguello,1989),(Nicolau, 1996). Esta afirmação se deve ao fato do partido ter se formado a partir das classes trabalhadoras e dos meios intelectuais e não do círculo parlamentar, das classes proprietárias ou do Estado. Neste sentido, o PT foi criado a partir do movimento sindical e dos movimentos sociais, contando com a presença de sindicatos e associações de classe, intelectuais, organizações católicas (Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra, etc.) e de várias organizações de esquerda. Esta aglutinação gerou uma mistura de posições ideológicas diferenciadas e muitas vezes conflitantes como o Socialismo Democrático, o Leninismo, o Trotskismo, acrescente-se ainda a Teologia da Libertação (Rodrigues,1990).

Com relação a estas discussões Meneguello afirma:

Imprevisto pela fração governante e condutora do processo de abertura, e ausente do leque de propostas de oposição, então representada pelo amplo MDB, o PT configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares (1989:21).

Ainda de acordo com a autora:

É em torno deste panorama histórico-organizacional dos partidos brasileiros que o Partido dos Trabalhadores se destaca. (...) Mesmo com exíguo espaço legal para a formação de novos partidos, imposto pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o PT moldou-se de forma diferenciada. Sua origem é o primeiro elemento que o destaca no quadro histórico-partidário brasileiro: o PT organizou-se em torno de mobilizações do “novo sindicalismo”; de parte dos movimentos urbanos desenvolvidos sobretudo a partir da década de 70; de setores da intelectualidade e da classe política de oposição envolvidos com o debate da reforma partidária; e de alguns grupos de esquerda. Sua organização e funcionamento interno são seu segundo destaque. Finalmente, seu terceiro destaque é sua proposta política. Traçada basicamente pela demanda de inserção no sistema político brasileiro dos setores até então marginalizados, o PT insere novos temas na arena do conflito partidário traduzido nas eleições de 1982 (Meneguello, 1989:40:41).

Porém, como observa Rodrigues (1990:10):

Outras idéias relacionadas às origens do partido e à sua “natureza de classe”, no nosso entender, mereceriam serem discutidas. Referimo-nos, em primeiro lugar, à tese de que o PT, por ter surgido do movimento sindical e dos movimentos sociais e

populares, seria um partido que “veio de baixo”. Essa afirmação encerra meia-verdade e faz crer que o partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estão colocados à margem das instâncias do poder. Na realidade, não foi bem assim. O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser no Brasil, uma instituição fraca, marginal e ilegítima. Por outro lado, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, se quisermos, mas por diretores dos sindicatos oficiais, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massa.

A partir da discussão acima, entendemos que o PT foi um partido que surgiu fora do Estado, longe dos círculos parlamentares, a partir de sua vinculação com os movimentos sociais. Todavia, com uma forte presença de indivíduos com capacidade de exercer liderança e poder de organizar e sensibilizar diferentes e importantes setores da sociedade civil.

A segunda discussão que se faz está relacionada à idéia de que o PT seria um partido formado basicamente por trabalhadores (operários, trabalhadores rurais). Sem negar a presença de integrantes do meio operário e sindical no PT nacional, é preciso realizar um estudo mais esclarecedor sobre a composição social do partido. Conforme afirma Rodrigues (2002) grande parte dos trabalhos analisa a atuação dos partidos políticos na arena eleitoral, atuação no parlamento, estrutura organizacional e sua função governativa. Assim, as fontes sociais de recrutamento das lideranças dos partidos têm sido pouco estudadas pela literatura.

Valter Pomar que (atualmente o terceiro vice-presidente do PT nacional) em artigo publicado em 1990 com título: “Que partido é esse?”, já apontava as seguintes questões: “Enquanto não se fizer uma pesquisa sobre a composição social e regional do Partido dos Trabalhadores, será muito difícil para o historiador. Hoje, nem as Secretarias de Organização do PT possuem tais informações. Somos um partido de trabalhadores. Mas que tipo de trabalhador predomina em nossas fileiras? Operário Urbano? O pequeno proprietário? O profissional Liberal? O assalariado não operário? Quais desses setores têm maior peso nas direções partidárias? Que reflexos possui a composição social na sua linha política?”.<sup>35</sup>

Observou-se então a preocupação tanto de estudiosos como de dirigentes petistas com relação a estas questões. Por conseguinte, o objetivo desse capítulo é a realização de um mapeamento da composição social das lideranças petistas, particularmente da Comissão Executiva do Diretório Regional, dos eleitos à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa em Goiás. A escolha dessas instâncias partidárias se deve, ao fato de não possuímos dados suficientes para elaborarmos um trabalho mais detalhado dos candidatos a cargos eletivos do partido em Goiás. Através desse levantamento pretendemos vislumbrar o perfil das lideranças petistas, assim como observar se este foi ou não se modificando ao longo do período analisado, ou seja, de 1980 a 2002. O objetivo é ter elementos para uma apreensão mais detalhada da composição social da cúpula do partido e de seus representantes no parlamento. Assim, poderemos

---

<sup>35</sup> Teoria e Debate, n° 9, São Paulo, 1990. Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores.

relacionar suas possíveis relações com a transformação do partido (perfil ideológico, atuação e discurso), que será observado no capítulo seguinte.

O estudo parte da análise da Comissão Executiva do Diretório Regional, porque de acordo com o estatuto do partido é o órgão de deliberação e direção ao nível regional que detém o controle da organização no âmbito regional. Esta comissão é composta pelas principais lideranças, o que justifica se privilegiar a análise desta instância partidária. Contudo, mesmo sendo relevante para o exame do que se poderia chamar de perfil da composição social do partido, faz-se necessário dedicar atenção a outras instâncias partidárias, no caso deste estudo serão a bancada federal e estadual do partido.

Do seu surgimento em 1980 até o ano de 2002, o Partido dos Trabalhadores em Goiás teve uma Comissão Provisória e 13 Comissões Executivas, 4 Deputados Federais e 9 Deputados Estaduais.<sup>36</sup> A Comissão Provisória do PT no estado, eleita, em 1980 teve cinco membros, dos quais dois eram advogados, dois eram professores e um era trabalhador rural. Observou-se, que no caso do PT de Goiás não encontramos sindicalistas ou bancários, fortemente representados no partido em nível nacional (ver composição da primeira comissão provisória do PT capítulo 1). Por outro lado, a presença de profissionais liberais, professores e de um trabalhador manual na cúpula deixou claro que desde o início o PT em Goiás foi um partido que se formou a partir das

---

<sup>36</sup> É preciso esclarecer que não foi possível trabalhar com dados referentes a prefeitos e vereadores, pois estes não estavam disponíveis no Diretório Regional do PT nem no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

classes trabalhadoras, oriundas das classes médias, o que será discutido mais adiante.

Na tabela 3.1 encontramos a composição profissional dos membros da Comissão Executiva do Diretório Regional do PT no período de 1980 a 1988. Nesse período o partido teve seis comissões, num total de 35 cargos em disputa. Ao analisarmos a composição social do Partido dos Trabalhadores e de acordo com as atas de reuniões do diretório regional e de resoluções do PT goiano, percebemos, ser necessário dividi-lo em dois períodos. Um período de formação e construção do partido (1980-1988), outro no qual a agremiação já está estruturada ou estabelecida (1988-2002). Esta divisão do estudo da composição explica-se por dois fatores: em primeiro lugar, porque se observou uma mudança em seu perfil ao longo do período analisado; em segundo coincide com as análises do próprio partido com relação ao seu desenvolvimento. No que se refere ao primeiro momento, cabe ressaltar que:

Durante estes anos, todo o trabalho organizativo do partido dirigiu-se para a garantia de sua existência (campanha de filiação, organização legal dos diretórios); para o apoio às lutas políticas, sociais e a construção da CUT, e para a luta eleitoral (disputa das eleições de 1982, 1985 e 1986). Tratava-se de implantar o partido, legalizá-lo, havia a luta contra a ditadura (luta contra a LSN, luta contra os pacotes econômicos, luta pelas diretas) e apoiar a luta sindical e popular.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Construindo o Partido dos Trabalhadores: balanço e perspectivas. Goiânia, agosto de 1987. Assinam este documento, dentre outros, os seguintes dirigentes petistas: Athos Pereira, Valdi Camárcio, Rubens Otoni, Darci Accorsi, Augusto de Franco, Osmar Magalhães, Marina Sant'Ana.

**Tabela 3.1**

| <b>PROFISSÕES DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO DIRETÓRIO REGIONAL (1980-1988)</b> |           |
|---|-----------|
| Profissionais Liberais  | 5         |
| Trabalhadores Manuais   | 5         |
| Professores   | 2         |
| Comunicadores   | 3         |
| Empregados não manuais em serviço   | 1         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>16</b> |

FONTE: Atas de reuniões do Diretório Regional PT/GO (1980-1988)

Analisando a tabela 3.1 observamos que a proporção de dirigentes da comissão executiva com profissões liberais é a mesma de trabalhadores manuais, embora nenhum trabalhador manual tenha chegado a conquistar o cargo de Presidente daquela instância partidária. Assim, mesmo possuindo uma elevada representação, os trabalhadores manuais, já no início são suplantados em sua maioria por profissões que exigem maior nível de instrução. Mas, por outro lado, quando se aglutinam os trabalhadores manuais e os empregados não manuais em serviços, a proporção de dirigentes com menor nível de instrução é superior aqueles com profissões liberais.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Sobre as categorias utilizadas para classificar as ocupações, o presente capítulo teve como referências os estudos, levantamentos realizados por César (2002) e Rodrigues (1990), (2002). Profissionais Liberais: advogado, arquiteto, cientista, médico, economista, engenheiro, farmacêutico etc.. No caso do trabalho realizado por César (2002) estas profissões seriam classificadas como Profissões Universitárias Clássicas. – No estudo de César (2002), os professores foram separados por diferentes níveis: professores de ensino elementar, professores de Primeiro e Segundo Grau e Docentes Universitários. Em nosso trabalho utilizamos o enquadramento de Rodrigues (1990), ou seja, os professores foram agrupados em uma mesma categoria. Na categoria dos comunicadores agrupamos os jornalistas e os radialistas, que no caso de César (2002) estariam na categoria das Profissões Universitárias, optamos pela classificação de Rodrigues (1990).



De acordo com a tabela 3.1, observamos que os professores estão pouco representados em relação aos profissionais liberais e os trabalhadores manuais. Contudo, o que ocorreu foi que os mesmos indivíduos estiveram presentes mais de uma vez na comissão em todo o período. Das seis Comissões Executivas do Diretório Regional, o professor Athos Magno, por exemplo, foi presidente em três ocasiões, o que reflete na verdade a importância da categoria e de sua liderança no partido.

Além de demonstrar as categorias profissionais nas quais o partido recrutou suas principais lideranças, a tabela 3.1 nos revela que desde a sua formação o PT de Goiás foi dirigido pelas classes médias. Não obstante a presença de um trabalhador rural na instância partidária que se está analisando, o partido no estado foi liderado por militantes cujas profissões exigem um nível mais elevado de qualificação profissional e de educação formal.<sup>39</sup>

Um outro dado que merece destaque, embora não se encontre na tabela 3.1, é a presença de lideranças do partido que iniciaram suas carreiras

---

Empregados não Manuais em Serviços: Estão enquadrados nesta categoria os trabalhadores qualificados do comércio e do setor de serviços como bancário, representante-comercial, almoxarife etc. Trabalhadores Manuais: Nesta categoria procuramos agrupar as seguintes profissões: trabalhador rural (setores- agrícola e extrativos: agricultor, colono, lavrador, pequeno produtor rural); da construção civil (carpinteiro, encanador, mestre de obras, eletricitista, pedreiro, pintor); da indústria (ferramenteiro, gráfico, lanterneiro, metalúrgico)etc..Trabalhador da Administração Pública: funcionários públicos em geral, que no caso do PT de Goiás, notadamente tem sua origem nas esferas estadual e municipal.

<sup>39</sup> O termo classe média traduz uma categoria analítica, no qual as condições sócio-econômicas, como escolaridade, renda, moradia, consumo, dentre outros define a estratificação social do indivíduo. Assim, "(...) na classe média assalariada podemos incluir todos os não-operários, com exceção dos dirigentes de empresa. Como propósito de facilitar esta diferenciação, consideramos que as classes médias são formadas pelos profissionais liberais e os trabalhadores autônomos do setor industrial, do comércio, dos serviços e outras atividades não específicas" (Araújo, 1977:105).

políticas no movimento estudantil. No entanto, todos possuem atualmente profissões de nível superior. O que nos permite deduzir que o PT já atuava junto aquele movimento social. Todavia, não ocorreu à presença de lideranças cuja profissão refletisse a atuação do partido junto ao setor secundário, o que corrobora a discussão anterior, demonstrando a pouca importância e participação política desse setor no estado.

A partir desse momento, passamos a analisar o que denominamos anteriormente de segundo momento de atuação do PT em Goiás. Neste sentido, o partido já não discute mais sua formação e construção, mas busca sua consolidação e ampliação de sua base eleitoral. O PT começa a se firmar no estado a partir das eleições municipais de 1985, quando o professor Darci Accorsi por muito pouco não chegou à prefeitura da capital. Como descrito em documento do PT de Goiás “(...) hoje, o partido é uma realidade, tem bases sociais e eleitorais em todo do Estado, possui capacidade própria de mobilização social. Atua no parlamento e se expressa no campo institucional com propostas e programa próprio, como ficou patente na Constituinte e nas disputas de governo”.<sup>40</sup> A tabela 3.2 reflete no âmbito regional a composição da Comissão Executiva no período em questão.

**Tabela 3.2**

| <b>PROFISSÕES DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO DIRETÓRIO REGIONAL (1988-2002)</b> |    |
|---|----|
| Profissionais Liberais  | 17 |
| Professores   | 7  |

<sup>40</sup> Construindo o Partido dos Trabalhadores: balanço e perspectivas. Goiânia, agosto de 1987.

|                            |    |
|----------------------------|----|
| Trabalhadores Adm. Pública | 6  |
| Comunicadores              | 4  |
| TOTAL                      | 34 |

FONTE: Atas de reuniões do Diretório Regional PT/GO (1988-2002)

Entre 1988 e 2002 o PT goiano teve oito Comissões Executivas Regionais, num total de 65 cargos ao longo do período. É importante lembrar que a tabela 3.2 reflete a profissão dos integrantes desta instância. Contudo, se alguns deles esteve presente mais de uma vez na naquela instância partidária, sua profissão só foi computada uma vez. Neste sentido, o total das tabelas não confere com os números dos cargos ocupados.

A tabela 3.2 nos mostra uma realidade um pouco diferente da tabela anterior, agora o partido está controlado apenas por categorias profissionais que podemos classificar como profissionais das classes médias. A organização no estado de Goiás é liderada por profissionais liberais (50%), com destaque para advogados, médicos e professores (20%), com predominância dos professores universitários. Observa-se a presença significativa de lideranças recrutadas junto a Administração Pública (estadual e municipal, 17,6%), o que leva a supor que as represálias ressaltadas no período de formação do partido ou diminuíram, ou o partido conquistou os funcionários públicos. Ainda de acordo com os dados é preciso ressaltar a presença dos comunicadores (jornalistas e radialistas, 12,4%), que permaneceram como parte integrante da elite dirigente do PT no estado.

Estabelecendo uma comparação entre as tabelas (3.1 e 3.2), verificamos que a representação dos trabalhadores manuais apareceu apenas no período de construção do partido. A partir de sua estruturação aqueles indivíduos não mais estarão presentes na cúpula partidária. Os estudantes, que durante a construção do PT foram representados por lideranças que posteriormente ocupariam cargos importantes no partido, também não estarão presentes. Os profissionais liberais que em termos proporcionais disputavam a hegemonia do partido com os trabalhadores manuais passaram então a ser a categoria com maior representação na Comissão Executiva. Os professores, é bom lembrar, em sua maioria de nível universitário tiveram sua representação ampliada, demonstrando que essa categoria representa uma forte base de recrutamento político do partido no estado.

A partir desta análise, verificamos que o partido em Goiás desde o seu surgimento é um partido liderado pelas classes médias, por indivíduos que possuem um alto nível de escolaridade. Embora tenha sido observado que houve uma modificação no perfil de suas lideranças, desde o princípio os profissionais liberais e os professores detiveram uma maior representação na cúpula partidária. Posteriormente estas duas categorias tornaram-se hegemônicas na direção do partido. Apesar do partido ter, ao longo do período analisado, 100 cargos na Comissão Executiva, apenas 6 mulheres (6%) estiveram presentes, o que demonstra que no PT as lideranças são predominantemente do sexo masculino.

A análise da composição social do partido enfoca também os representantes petistas na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Começamos pela bancada federal do PT goiano ao longo do período analisado.

**Tabela 3.3**

| <b>PROFISSÕES DOS DEPUTADOS DO PT DE GOIÁS NA<br/>CÂMARA FEDERAL (1994-2002)</b> |          |
|--|----------|
| Professores  | 3        |
| Advogado   | 1        |
| <b>TOTAL</b>   | <b>4</b> |

FONTE: Atas de reuniões do Diretório Regional PT/GO (1994-2002)

A tabela 3.3 nos revela que o PT não se consolidou ou mesmo se tornou uma força eleitoral expressiva no estado. Ao longo dos 22 anos analisados o partido conseguiu eleger apenas 4 deputados federais, sendo que um deles, o professor Pedro Wilson foi eleito em 1994 e novamente em 1998. Esta performance no plano estadual não reflete o bom desempenho eleitoral apresentado na capital. Em 1985 o partido disputou as eleições e quase elegeu seu candidato, posteriormente em 1992 ganhou as eleições para a prefeitura da capital com o professor Darci Accorsi, retornando em 2000 com a eleição do professor Pedro Wilson. Este último já bastante conhecido pelo eleitorado uma vez que havia sido eleito, por duas vezes, para a Câmara Federal.

Como se observou, a representação do partido na Câmara Federal, nos revela que a bancada é composta majoritariamente pelas categorias dos professores e profissionais liberais. Cabe destacar que entre os professores, um é de nível superior o outro de nível médio e todos possuem formação universitária. De uma maneira geral, como já retratado na Comissão Executiva do Diretório Regional do PT, os parlamentares petistas também podem ser considerados integrantes das classes médias. Com relação ao sexo, podemos dizer que na arena eleitoral, as mulheres estão um pouco melhor representadas (25%), ainda que sejam minoria, com apenas uma parlamentar. A tabela 3.4 nos revela as profissões dos representantes do PT na Assembléia Legislativa Estadual.

**Tabela 3.4**

| <b>PROFISSÕES DOS DEPUTADOS DO PT NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE GOIÁS (1986-2002)</b> |          |
|--|----------|
| Professores  | 4        |
| Comunicadores  | 2        |
| Advogado   | 1        |
| Médicos  | 2        |
| <b>TOTAL</b>   | <b>9</b> |

FONTE: Atas de reuniões do Diretório Regional PT/GO (1986-2002)

Esta tabela demonstra o tipo de categoria profissional predominante no partido, todos os integrantes da bancada estadual possuem educação de nível superior. Como na representação federal, os deputados estaduais do partido são oriundos das classes médias. Os professores e os profissionais liberais continuam a ser as categorias hegemônicas no partido (78%). No caso dos professores, todos são de nível superior, destaque para o professor Athos Magno eleito

deputado estadual em 1986 e 1990. Podemos dizer, que o recrutamento político de suas lideranças tanto a nível federal quanto estadual se concentra basicamente de três categorias: professores, profissionais liberais e comunicadores, com uma certa predominância dos professores. No caso da bancada estadual não houve representação do sexo feminino.

Após esta discussão acerca da composição social das lideranças do PT no estado, podemos concluir que, o PT em Goiás desde o princípio é composto por lideranças cujas profissões e níveis de escolaridade nos permitem classificá-lo como um partido liderado pelas classes médias. Embora não termos tido a oportunidade de analisar a renda dos dirigentes e parlamentares do PT goiano, nosso estudo corrobora as afirmações de Rodrigues (1990) ao tratar a relação entre as profissões e a classe social dos dirigentes petistas de São Paulo. Os resultados de uma pesquisa realizada pelo autor em 1984 revelaram que várias lideranças do PT tinham educação universitária, renda elevada, automóveis e que os mais qualificados possuíam praticamente todos os objetos domésticos de consumo duráveis encontrados habitualmente nas residências de classe média. Rodrigues, ao analisar o PT de São Paulo assevera:

Mesmo os dirigentes petistas que os institutos de pesquisa de mercado incluíram sem hesitação no que denominaram “classe A” diferenciam-se dos membros de outros segmentos das classes altas pelo fato de serem assalariados de renda elevada. Apesar de alguns deles terem aparecidos nas listas dos mais altos salários da burocracia pública de São Paulo, não são proprietários, nem rentistas, nem empresários, nem capitalistas, nem possuem patrimônios que

possam se equiparar às grandes fortunas da “burguesia proprietária”, dos grandes industriais, banqueiros, empresários rurais. A classe alta representada no PT, como os dados relativo à suas profissões indicam, é formada por profissionais liberais cujos rendimentos e altos salários advêm da posse de um saber, de conhecimentos que não estão ao alcance de qualquer um, mas somente dos que estudaram, dos que dispõem de um diploma universitário e que, por diferentes razões (capacidade individual, relações familiares e políticas etc.), conseguiram êxito nas suas carreiras profissionais (1990:25).

Ainda com relação à hegemonia das classes médias na cúpula do partido, Pinheiro Salles afirma:

O PT tem presença das classes médias, eu não diria que é um partido das classes dominantes. Mas da classe média intelectualizada, funcionários públicos, pessoas que possuem uma trajetória política. A chamada classe trabalhadora, os operários, os lavradores não tem uma atuação expressiva no PT, porque predominam mesmo hoje pessoas, lideranças da classe média. Agora, quando surgiu eu não diria que era maior a presença do operário, do trabalhador rural, Pedro Wilson [professor], Valdi Camárcio [médico]. Mas havia o Narciso que era um trabalhador manual, algumas lideranças camponesas, mas com a presença marcante de lideranças da classe média.<sup>41</sup>

Diante do exposto anteriormente, podemos afirmar que dentre as categorias que o partido recrutou suas principais lideranças destacam-se os professores e os profissionais liberais. Estas, devido sua representatividade, configuram-se quase como hegemônicas no partido, nas esferas aqui abordadas. Neste sentido, o PT goiano, a partir da análise de sua cúpula dirigente e de seus parlamentares é um partido dirigido pelas classes médias. Em suma, são setores

---

<sup>41</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.



que desfrutam de prestígio social e possuem diploma de curso superior, têm acesso a bens culturais e de consumo diferenciados. Como apontam também Rodrigues (1990) para o caso do PT de São Paulo e César (2002) para a organização em âmbito nacional.

Assim, os dados aqui apontados, permitem concluir que o Partido dos Trabalhadores em Goiás à semelhança de seu congênere paulista é um partido dirigido pelas classes médias/assalariadas. De acordo com Rodrigues: “julgamos mais correto caracterizar o Partido dos Trabalhadores como sendo basicamente um partido de classe média assalariada, notadamente de profissionais liberais e outras profissões intelectuais, sendo minoritária tanto a proporção de trabalhadores manuais como a de membros das classes altas, e praticamente inexistente a de proprietários de terras (pequenos, médios ou grandes)” (1990.25).

**Tabela 3.5**

| <b>MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PT – 1980-2002</b> |                   |                        |                         |                            |                   |                         |
|--|-------------------|------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------|-------------------------|
| <b>TITULAR DO CARGO</b>  | <b>PRESIDENTE</b> | <b>VICE PRESIDENTE</b> | <b>SECRETÁRIO GERAL</b> | <b>PRIMEIRO SECRETÁRIO</b> | <b>TESOUREIRO</b> | <b>LÍDER DA BANCADA</b> |
| Rubens Otoni   | 4                 | 2**                    | 2                       |                            |                   | 3                       |
| Athos Magno Costa e Silva  | 3                 |                        | 1                       |                            |                   | 3                       |
| Osmar de Lima Magalhães  | 2                 |                        |                         |                            |                   | 1                       |
| Athos Pereira da Silva   | 1                 | 2*                     | 1                       | 2                          | 2                 |                         |
| Fausto Jaime   | 1                 | 2*                     |                         |                            |                   |                         |
| Valdi Camárcio Bezerra   | 1                 | 2*                     |                         |                            |                   | 1                       |
| Línio Ribeiro de Paiva   | 1                 |                        |                         |                            |                   |                         |
| Robinho Martins Azevedo  |                   | 3**                    |                         |                            |                   |                         |
| Antonio Pinheiro Salles  |                   | 2**                    | 1                       |                            | 2                 |                         |
| César Donizete Pereira   |                   | 1*                     |                         | 3                          |                   |                         |
| Pedro Wilson Guimarães   |                   | 1*                     | 1                       |                            |                   |                         |
| Exupério Alves dos Santos  |                   | 1**                    |                         |                            |                   |                         |
| César da Cunha Bastos  |                   | 1                      |                         |                            |                   |                         |
| Augusto César A de Franco  |                   |                        | 1                       | 1                          |                   |                         |
| Alberto Gomes de Oliveira  |                   |                        |                         |                            | 1                 |                         |
| Antonio Alonso da Silva  |                   | 1*                     |                         |                            |                   |                         |
| Maria José P da Silva  |                   |                        |                         | 1                          |                   |                         |
| Paulo Augusto Farias   |                   | 1*                     |                         |                            |                   |                         |
| Delúbio Soares de Castro   |                   | 1*                     |                         |                            |                   |                         |
| Hamilton Pereira da Silva  |                   |                        |                         | 1                          |                   |                         |
| Luís Alberto Gomides   |                   |                        |                         |                            | 1                 |                         |
| Antonio Carlos Moura   |                   |                        |                         |                            |                   | 3                       |
| Oswaldo Alencar Rocha  |                   |                        | 1                       |                            |                   |                         |
| Davi Isaías da Silva   |                   |                        |                         |                            | 1                 |                         |
| Erotides Borges  |                   | 1**                    | 1                       |                            |                   |                         |
| Ângela Maria M Guimarães   |                   |                        |                         | 1                          |                   |                         |
| José Maurício Berardo  |                   |                        |                         |                            | 1                 |                         |
| Arquivaldo Bites Leão Leite  |                   | 1**                    |                         |                            |                   |                         |
| Miguel Tiago da Silva  |                   |                        | 1                       |                            |                   |                         |
| Sueli Fraissat Pugliese  |                   |                        |                         | 1                          |                   |                         |
| Glaucia Maria Teodoro Reis   |                   |                        |                         |                            | 1                 |                         |
| Darci Accorsi  |                   |                        |                         |                            |                   | 1                       |
| Luis Carlos Ferreira   |                   | 1**                    |                         |                            |                   |                         |
| Paulo Henrique Costa   |                   |                        | 1                       |                            |                   |                         |
| Haroíso Ferreira de Oliveira   |                   |                        |                         |                            |                   | 1                       |

|                          |  |     |   |   |   |   |
|--------------------------|--|-----|---|---|---|---|
| Sebastião Ferreira Leite |  | 1*  |   |   |   |   |
| Antonio José da Fonseca  |  | 1** |   |   |   |   |
| Vanilda Aparecida Alves  |  |     |   |   | 3 |   |
| José Humberto Aidar      |  |     |   |   |   | 2 |
| Wilson Marcos Telles     |  |     | 2 |   |   |   |
| Ozéas Porto              |  | 1** |   |   |   |   |
| Bruno Leal Aidar         |  |     |   | 1 |   |   |

Fonte: Atas de reuniões do Diretório Regional do PT. (\*) 1o Vice-Presidente. (\*\*) 2o Vice-Presidente. Não estão aqui mencionados os demais cargos da Comissão Executiva do Diretório Regional porque consideramos que os citados são os mais relevantes.

#### De acordo com os dados da composição da Comissão Executiva

(1980-2002), percebeu-se que ocorreu a predominância de certas lideranças, destaque para Athos Magno, Rubens Otoni, Osmar Magalhães, que se mantiveram por um longo período de tempo à frente do partido. Como podemos observar na tabela 3.5, o deputado federal Rubens Otoni, nas treze Comissões Executivas do Diretório Regional do período foi presidente por 4 vezes, vice-presidente duas, secretário geral 2 e 3 vezes líder da bancada. Otoni inclusive foi o dirigente que se manteve mais tempo à frente do partido como presidente do Diretório Regional. Além dele, Athos Magno e Osmar Magalhães, foram os que estiveram mais tempo no comando do partido no estado, respectivamente 3 e 2 vezes na presidência.

A partir da Comissão Provisória em 1980, até a décima terceira Comissão Executiva em 2002, ao longo de 22 anos, estes três líderes estiveram no comando do partido nove vezes, num período de 10 anos. Assim, podemos dizer que o acesso à cúpula do partido em Goiás é muito restrito. Mediante, os dados exposto acima, podemos concluir que ocorre uma oligarquização no que se refere ao acesso às instâncias superiores do partido em Goiás. De uma forma geral, o espaço de manobras é muito pequeno, procura-se o revezamento, notadamente dentre as lideranças que estão há mais tempo no partido. É preciso

ressaltar que o deputado federal Rubens Otoni é o atual presidente da Comissão Executiva do partido. É importante mencionar que aqueles que ocuparam a presidência do partido por mais tempo também desempenham outras posições relevantes como líder da bancada, secretário geral, vice-presidente.

Enfim, houve uma circulação destas mesmas lideranças no comando da organização. No âmbito dessa discussão é oportuno mencionar o clássico estudo de Michels. De acordo com o autor: “os chefes tendem, por assim dizer, a isolar-se, a formar uma espécie de cartel, a rodear-se de um muro que só pode ser transposto por aqueles que os agradam” (Michels,1982:66). Justifica-se esta posição devido à experiência daqueles que dedicaram anos de trabalho na construção do partido. Como benefício pelos serviços prestados, conseguiram permanecer nas posições de comando dentro da organização, controlando assim o acesso às instâncias decisórias, e a própria dinâmica e disputas interna do partido.

A tabela 3.5 mostra quais foram os membros da Comissão Executiva, as posições que ocuparam e quantas vezes estiveram presentes na naquela instância partidária. Certas lideranças desfrutaram de grande estabilidade, como foi mencionado, o que demonstra sua força dentro do partido. Além disso, observou-se uma certa rotatividade entre tais lideranças, o que nos permite dizer que estas formam a coalizão dominante do PT goiano.

Conforme afirma Ferreira: “A coalizão dominante, portanto, é concebida como sendo composta daqueles integrantes da elite partidária capazes

de conferir à organização estabilidade, níveis consideráveis de disciplina, algum nível de coesão, não só em função das prerrogativas de que desfrutam, mas, especialmente, porque são empreendedores políticos” (2002:113).

A coalizão dominante no PT de Goiás está sistematicamente ligada a Comissão Executiva do Diretório Regional. Observou-se no âmbito da mesma a seguinte rotatividade: a liderança vai para o Diretório Nacional, voltando desta instância, ou é candidato a um cargo eletivo no parlamento, ou volta para a Comissão Executiva. Caso vença a eleição se transforma em líder da bancada. Podemos afirmar que Rubens Otoni, Pedro Wilson, Pinheiro Salles, Osmar Magalhães, Athos Pereira, Valdi Camárcio formariam o cerne da coalizão dominante do partido em Goiás, no período analisado.

Como observou Michels (1982:237): “Ora, abstraindo a tendência dos chefes em se organizarem e em se coligarem, abstraindo também seu reconhecimento às massas imóveis e passivas, nós podemos dizer nesta conclusão que a principal causa dos fenômenos oligárquicos que se manifestam no seio dos partidos democráticos consiste no fato de que os chefes são tecnicamente indispensáveis”. E ainda segundo o autor: “Não é tanto o camarada, mas sim o camarada vivo e experiente que a coletividade aprecia acima de tudo, e sobre a colaboração do qual ela não quer nem pode renunciar. Certos indivíduos, pelo simples fato de serem investidos de funções específicas, tornam-se para esse partido insubstituíveis ou, melhor ainda, dificilmente substituíveis” (Michels,1982:65).

No entanto, para concluir esta discussão temos de observar que mesmo que concordemos com Michels sobre o papel das oligarquias partidárias na manutenção dos partidos enquanto organização, é preciso ressaltar a ocorrência de um efeito perverso, é que ao se impedir o acesso de novas lideranças para oxigenar o partido, torna-se difícil à formação de novos quadros. Podemos citar como exemplo Pedro Wilson, membro da Comissão Executiva de 1980, foi eleito vereador, deputado federal por duas vezes e atualmente é o prefeito de Goiânia. Com certeza se no futuro, o partido não realizar um processo de renovação de suas lideranças, haverá impacto negativo nos quadros do partido em Goiás, o que evidentemente pode dificultar a ampliação de sua base eleitoral. Outro efeito perverso é a concentração de poder nas mãos de um pequeno grupo, que torna o processo decisório bastante centralizado, colocando em dúvida o debate interno e de como o consenso é construído.

## **CAPÍTULO 4**

### **A DINÂMICA PARTIDÁRIA E AS MUDANÇAS NO PT- GOIÁS**

#### **4.1 – A dinâmica partidária e as mudanças nos partidos de massas europeus**

Para compreendermos as transformações e a dinâmica interna do PT, tanto no âmbito nacional como em Goiás, se faz necessário remontar algumas discussões sobre a trajetória dos partidos de esquerda no decorrer do século XX.

Deste modo, nessa primeira seção realizaremos uma discussão acerca dos partidos de massas europeus, ou seja, partidos através dos quais os trabalhadores ingressaram no campo político eleitoral. Evidenciando que ao longo da história tais partidos abandonaram várias propostas, iniciaram a busca por

novas metas, e passaram por várias transformações ao longo do século XX <sup>42</sup>.

Acerca do surgimento desses partidos César (2002:27) comenta:

O sistema político gerado pelo desenvolvimento capitalista, ainda nos séculos XVIII e XIX, caracterizou-se pela exclusão social, mantendo-se através do voto censitário, da organização de “partidos de notáveis”, de vida estritamente parlamentar, através dos quais se organizavam setores da aristocracia e da burguesia emergente. O proletariado, conservado à margem do sistema representativo de governo, sem direitos civis, políticos e sociais reconhecidos e, ao mesmo tempo, em processo de crescimento numérico, decorrente da industrialização e da urbanização acelerada, começou, na passagem do século XIX ao XX, a se organizar politicamente. A partir dos movimentos sociais, fundamentalmente o sindical, fora do Parlamento e enfrentando a repressão policial, os trabalhadores passaram a articular seus próprios partidos, na busca de um novo modelo de sociedade e de estado.

A partir do momento em que as classes trabalhadoras entraram para o campo político, os trabalhadores passaram a reivindicar seus direitos coletivamente por intermédio desses partidos embutidos no sistema de representação. Como nos confirma César (2002:28):

Ainda que se contrapondo ao sistema político liberal-burguês e secundarizando sua importância no projeto de construção da nova sociedade, os partidos operários lutaram pelo direito de participação nesse sistema, através do voto universal, como forma de garantir reivindicações fundamentais para os trabalhadores, como legislação de proteção ao trabalho e o direito de sua livre organização sindical e política.

---

<sup>42</sup> A cerca dos partidos de massas ver referência no capítulo 1, nota n° 9.



Para Przeworski (1989) a participação se fez necessária para a efetivação dos interesses dos trabalhadores, isto porque os ideais revolucionários podem impulsionar a história, mas não fornecem alimento, nem abrigo. No entanto, esta mesma participação trouxe impasses para os socialistas. Como explica Przeworski (1989:26):

A questão recorrente consiste em: o envolvimento na política eleitoral pode resultar no socialismo ou reforça a ordem social existente, Isto é, a capitalista? Contudo, a participação na política eleitoral faz-se necessária se o movimento pelo socialismo pretende obter o apoio em massa junto aos trabalhadores, no entanto, essa mesma participação parece obstruir a consecução de seus objetivos finais.

A crescente participação dos partidos de massas acabou gerando transformações no sistema político. Em decorrência da ampliação do sufrágio e frente à apresentação de um projeto social alternativo pelos partidos operários, os antigos partidos de notáveis viram-se diante da necessidade de apresentarem propostas que visassem interesses populares, na luta pela ampliação de sua base eleitoral (César, 2002).

Entretanto, no momento em que o sufrágio universal foi conquistado fez-se necessário decidir que tática os socialistas adotariam. Era preciso escolher entre a tática legal, ou seja, participar do campo político aceitando as regras do jogo ou as extraparlamentares e anti-institucionais. Mas, como os socialistas optaram por sua participação no jogo político democrático, a disputa voltou-se para o processo eleitoral. Como argumenta Przeworski (1989:28):

Para conquistar votos de pessoas não pertencentes à classe operária, especialmente de pequenos burgueses, formar alianças e coalizões e administrar o governo segundo os interesses dos trabalhadores, um partido não pode parecer “irresponsável” e dar mostras de hesitação a respeito de seu comportamento com as regras e os limites do jogo parlamentarista. Esse dilema acentuou-se ainda mais quando a democracia – a democracia representativa característica da sociedade burguesa – deixou de ser meramente uma tática e foi adotada como princípio básico da futura sociedade socialista.

Assim, a chamada democracia burguesa que antes deveria ser destruída passou a ser para os social-democratas e socialistas, estrategicamente falando, meio e fim para a construção do socialismo.<sup>43</sup> Neste sentido, partidos socialistas passaram a disputar eleições. Contudo, como assevera Przeworski: “os socialistas ingressaram na política para ganhar eleições, obter um mandato predominantemente voltado para as transformações revolucionárias e criar a legislação que conduziria à sociedade socialistas” (1989:29).

Os partidos socialistas pretendiam obter êxito, ou seja, ganhar eleições como partidos legitimamente operários. Só que ao disputarem o jogo eleitoral, descobriram que sozinhos não conseguiriam tal feito. Mesmo o proletariado sendo a maioria dentre a população, não havia como assegurar que tais partidos obtivessem o apoio exclusivo daquela classe (Przeworski,1989). Sendo assim, para alcançar seus objetivos, aqueles partidos necessariamente deveriam buscar o apoio de indivíduos pertencentes a classes diferenciadas, o

---

<sup>43</sup> Sobre esta discussão ver também Claus Offe (1984).

que levou a uma desradicalização dos partidos socialistas. Sobre esse processo Offe (1984:363) comenta:

Para ser bem sucedido nas eleições e na luta pelo cargo governamental, o partido tem que orientar seu programa para as conveniências do mercado político. Isto exige, primeiramente, a maximização dos votos através do apelo ao maior número possível de eleitores e, em conseqüência, a minimização dos elementos programáticos que podem criar antagonismos dentro do eleitorado. Em seguida, vis-à-vis os outros partidos, a habilidade de fazer coalizões e a restrição do âmbito das propostas políticas substantivas para se enquadrar às demandas que os sócios da coalizão em potencial estão dispostos a considerar ou a negociar. O efeito combinado, aqui, é dissolver qualquer conceito ou objetivo político coerente numa estrutura ou seqüência temporal “gradualista”, dando prioridade àquilo que pode ser implementado justamente naquela ocasião e com os recursos dados, adiando e substituindo aquelas exigências e projetos ainda não-realistas ou factíveis.

Portanto, estes partidos deveriam ter um discurso que buscasse sustentação e respaldo político eleitoral mais amplo e difuso que aquele dado apenas pelo voto do proletariado. Era preciso estabelecer um programa, metas, objetivos que visassem não somente uma classe. Os partidos socialistas e social-democratas deveriam se orientar para a coletividade, portadores de uma definição de bem-estar para todos os membros da sociedade.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Com relação esta discussão comenta Przeworski: “As estratégias voltadas para o amplo apoio eleitoral produzem efeito não apenas sobre a relação entre o operariado e outras classes, mas principalmente no interior da classe, sobre as relações entre os próprios operários. Para obterem êxito na competição eleitoral, os partidos social-democratas devem apresentar-se a diferentes grupos como instrumento para realização de seus interesses econômicos imediatos, no sentido de que tais interesses podem ser concretizados quando o partido sair vitorioso da próxima eleição. Alianças com elementos de outras classes devem fundamentar-se em uma convergência de interesses econômicos imediatos da classe operária e de outros grupos. Os social-democratas precisam oferecer, crédito aos pequenos burgueses, pensões aos empregados de colarinho-

Deste modo, tais partidos realizaram uma reviravolta em suas estratégias, o que gerou mudanças fundamentais de direção. Isso porque os social-democratas não conseguiram fazer do processo eleitoral, ou seja, do jogo político o instrumento de construção socialista. Por outro lado, o estado mais permeável às demandas populares passou a desenvolver políticas de regulação da economia, aceleradas no período de intensas crises econômicas dos primeiros decênios do século XX. Neste processo, as reivindicações dos trabalhadores transformaram-se em direitos, e o sistema de governo tornou-se representativo em um campo de conflito e negociação entre classes (César, 2002).

Assim, a própria realidade político-econômica se colocou como uma barreira ao projeto social-democrata. Ainda restava a questão referente ao ato de governar: como um governo de minoria deveria atuar? Segundo Przeworski (1989), duas foram às opções que se colocavam diante dos partidos social-democratas: ou o partido procuraria realizar seus objetivos socialistas, se optasse por esta escolha logicamente o partido seria excluído do campo, ou se

---

branco, salário-família às famílias. E tal convergência de interesses não pode ser encontrada em graus que reforcem a coesão e combatividade dos operários contra outras classes. Quando os social-democratas estendem se apelo, têm de prometer lutar não pelos objetivos específicos dos operários como coletividade, mas somente pelos objetivos que os operários compartilham com outros que possuem renda reduzida, adquirem bens de consumo, tomam condução para o trabalho. Não são os interesses do operariado como classe, mas dos pobres, dos consumidores, dos usuários de transporte público etc.” (1989:43). Ainda com relação a esta discussão, outra referência fundamental se encontra em kirchheimer (1966), o autor afirma que os partidos para ampliarem suas chances no mercado político-eleitoral se tornariam *catch all*, ou seja, partidos pegatudo.

comportaria como qualquer outro partido, administrando o sistema e introduzindo apenas reformas para as quais conseguiria obter uma maioria parlamentar.

A história nos revelou que a alternativa seguida pelos partidos social-democratas foi a de participação no campo político, respeitando as regras do jogo político democrático. Os socialistas criticavam o capitalismo, defendiam idéias como um programa de nacionalização e estatização dos meios de produção que acabaram sendo abandonadas. Em seu lugar os social-democratas assumiram, adotaram o ideário keynesiano. Para Offe (1984), o que ocorreu foi um acordo entre as classes, por parte dos trabalhadores a aceitação da lógica do lucro e dos mercados como princípios orientadores da alocação dos recursos. Em troca seriam mantidos padrões mínimos de vida, os direitos sindicais e os direitos democráticos liberais, como também seriam evitados o desemprego em massa e por fim um aumento real da renda de acordo com a produtividade, é claro que tudo estaria sobre a intervenção do estado. Estabelecia-se o que se denominou *Welfare State*. Em relação ao *Welfare State* Keynesiano, Offe afirma:

O conjunto de instituições e práticas estatais ao qual se refere esse conceito desenvolveu-se no capitalismo ocidental desde a Segunda Guerra Mundial. Foi adotado como concepção básica do Estado e da prática estatal em quase todos os países ocidentais, não importa qual o partido no poder, e com apenas alterações menores e diferenças de tempo. Seu efeito foi (a) um boom econômico amplo e sem precedentes, que favoreceu todas as economias avançadas e (b) a transformação do padrão de conflito industrial e de classe numa forma que se afasta cada vez mais o radicalismo político, e até mesmo revolucionário e que conduz a um conflito de classe economicista, centrado

na distribuição e crescentemente institucionalizado (1984:372).

Enfim, como afirma Przeworski: “os socialistas comportaram-se como todos os demais partidos, com alguma parcialidade distributiva em direção a seus eleitores, mas com todo o respeito pelos consagrados princípios do orçamento equilibrado, das políticas deflacionárias anticrise” (1989:52).

Passemos agora a analisar as transformações ocorridas no PT, a partir de sua dinâmica interna e do mapeamento de suas tendências e posteriormente estabelecendo uma relação com a discussão encetada nesta seção.

#### **4.2 – A dinâmica interna e as mudanças no PT- Goiás**

Como já foi afirmado anteriormente, o PT se formou a partir da aglutinação de vários grupos, com culturas políticas distintas (Meneguello, 1989), (Nicolau, 1996). Portanto, desde a sua fundação o Partido dos Trabalhadores se apresentou como uma instituição heterogênea, possuindo em seu interior diversos grupos sociais, o que necessariamente o levou a grandes divergências do ponto de vista ideológico. Mas, como afirma Lacerda:

Partidos políticos dificilmente são uniformes do ponto de vista ideológico, a não ser talvez quando bem pequenos ou em sua fase inicial. É plausível presumir que regularmente emergem discordâncias importantes em relação a duas dimensões: à definição de objetivos de longo prazo ou ideologicamente fundacionais do partido e a programas de políticas públicas que o partido oferta ao eleitorado. Uma expectativa plausível que pode ser formulada, desde já, é que quanto maior a discordância interna, maior o risco de cisão partidária (2002:45).

O PT surgiu com objetivo de construção do socialismo e se declarou como um partido de massas. No entanto, nasceu criticando tanto o socialismo real como a social-democracia.<sup>45</sup> Contudo o socialismo petista é impreciso (César, 2002). Como nos confirmam as Resoluções de Encontros e Congressos do PT:

Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições política contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes. Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Contudo, para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical, para outros desafios do nosso projeto socialista as respostas ficam em aberto. A superação do capitalismo demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções

---

<sup>45</sup> “Os documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de Fundação – advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. Sendo assim, nossa luta pela democracia só fez confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT. Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico como a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. O PT apóia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista”. Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores (1998:432), Fundação Perseu Abramo.



ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.<sup>46</sup>

O PT não pode ser enquadrado como um partido classista ou de massas tradicional, nos moldes do final do século XIX e início do século XX. O Partido dos Trabalhadores não foi formado apenas por trabalhadores, em seu interior, como já observamos congregam-se um grande número de categorias e como verificamos no caso de Goiás, um partido formado e dirigido por lideranças de classes médias.

Como esboçado anteriormente, o PT é um partido marcado por grandes divergências do ponto de vista ideológico, pois foi formado a partir de uma série de movimentos sociais e grupos tão diferenciados, com objetivos às vezes comuns, mas estratégias diferenciadas de construção e definição do socialismo. Neste sentido, a convivência interna tornou-se muitas vezes atribulada e impossível.

Neste capítulo realizaremos uma análise do PT a partir de sua dinâmica interna, tendo como foco de investigação as tendências internas.<sup>47</sup> O estudo em questão pretende demonstrar por intermédio destas, as transformações ocorridas no partido ao longo do período analisado. Devemos ressaltar que mesmo tendo uma perspectiva regional, as tendências refletem também o partido

---

<sup>46</sup> Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores (1998:434) idem.

<sup>47</sup> Lacerda (2002) ao tratar sobre essa discussão, ou seja, as tendências do PT, as define como facções internas em disputa pelo controle e poder no partido. Para maiores esclarecimentos sobre o termo “facção” ver Sartori (1982).

em nível nacional. Como afirma Pinheiro Salles: “(...) as tendências são asseguradas no estatuto partidário, elas são registradas nacionalmente”.<sup>48</sup>

Procuraremos responder as seguintes questões: Quais as principais tendências do partido? O que elas representam? Qual ou quais tendências tornaram-se majoritárias no PT ao longo do período estudado? Qual o papel desempenhado pelas mesmas na dinâmica partidária? Por fim traçaremos um paralelo entre as transformações ocorridas no PT e aquelas ocorridas nos partidos de esquerda.

No V Encontro Nacional do PT, em dezembro de 1987, foi instituído um mecanismo que regulamentou a participação para os diversos grupos. A “Emenda 23 que propunha um direito de tendência mais rígido, coibindo a existência de frações internas, a partir de agora, do partido de tendências para um partido com tendências”.<sup>49</sup> O objetivo da regulamentação das tendências foi evitar a cisão partidária, a dupla militância e criar um mecanismo interno para regulamentar e conduzir as disputas intrapartidárias. De acordo com as Resoluções do V Encontro Nacional do PT:

O PT reconhece como natural, a formação em seu interior de agrupamentos para defender suas posições políticas, cujos trabalhos, debates tenham um caráter transparente ao partido, e cuja atividade estejam voltadas exclusivamente para vida interna do PT, que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto. Sendo assim, é incompatível com o caráter petista a existência velada ou ostensiva de partidos em seu interior, concorrentes com o próprio PT. A

---

<sup>48</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

<sup>49</sup> Resolução do V Encontro Nacional do PT-1987, Caderno de Teses do PT-GO, (1987:19).

aceitação de agrupamentos desse tipo, partidos dentro do partido, seria o reconhecimento do partido enquanto uma frente política, o que foi rejeitada desde o início pelo PT.<sup>50</sup>

Deste modo, procurou-se no V Encontro Nacional assegurar a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se em uma tendência interna. Mas, o que são tendências no jargão petista? De acordo com as resoluções do encontro mencionado acima: a) Uma tendência é um grupo de petistas que se agrupam, ou se organizam, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política, podendo adotar o nome de tendência, corrente ou agrupamento; b) as tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido, não devendo expressar-se diretamente à sociedade. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido; c) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam no período de encontros; d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido; e) Uma tendência do partido não pode construir um partido dentro do PT, nem usar o nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como partido estratégico.

Assim, a regulamentação das tendências buscou normatizar as muitas divergências internas existentes no PT. De uma maneira geral, o partido

---

<sup>50</sup> Resolução do V Encontro Nacional do PT – 1987, Caderno de Teses do PT – GO, (1987:23).

buscou assegurar e regulamentar a convivência entre posições ideológicas distintas. Como nos confirma Pinheiro Salles:

Então o PT, aqui como nacionalmente é um partido que se desenvolveu com muita contradição interna. Agora, isso foi importante porque contribuiu para o aprofundamento de seu caráter democrático. No PT sobrevivem posições políticas e ideológicas em todos os níveis muito diferenciadas. Eu não aconselho ninguém a sair do PT, porque é possível uma convivência interna de todas essas diferentes concepções, de todos os posicionamentos políticos e ideológicos diferenciados. Assim, o PT se desenvolveu aqui em Goiás e nacionalmente, aliás, é o único partido que assegura em seu estatuto o direito de cada militante se organizar em corrente política.<sup>51</sup>

As principais tendências existentes atualmente no PT são: Articulação Unidade na Luta, Democracia Radical, Articulação de Esquerda, Força Socialista, O Trabalho e Tendência Marxista. Estas são as correntes que agregam a maior parte dos militantes do PT. Passaremos então a discutir cada uma delas no sentido de expor seu posicionamento ideológico, até a formação do chamado Campo Majoritário, bloco formado na década de 90 pela união de várias tendências no sentido de estabelecer o controle do partido, considerado pelos petistas como um motor das transformações ocorridas no PT.<sup>52</sup>

Sobre a tendência denominada Articulação, “é importante salientar que sua formação foi patrocinada por Lula e vários líderes próximos a ele em 1983 (o assim chamado grupo dos 113), foi uma resposta à desarticulação exibida pelo

---

<sup>51</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

<sup>52</sup> Para maiores esclarecimentos ver Lacerda (2002), Caderno de Teses do PT/1997.

partido nos seus primeiros anos, particularmente na eleição de 1982” (Lacerda, 2002:62). Deste modo, entre 1983 e 1993, o PT contou com uma corrente majoritária que fixou os rumos do partido, a chamada Articulação dos 113. Esta tendência, em termos das disputas internas, se posicionou à direita e foi aos poucos controlando a direção do PT. Para alguns integrantes da organização este elemento foi fundamental para a continuidade da unidade partidária. Como menciona Marco Aurélio Garcia (Assessor Especial da Presidência da República), um dos fundadores do PT:

No início da década de 80, o PT era uma bomba prestes a explodir, saco de gatos indóceis, abrigava desde o mais incendiário militante até o moderado egresso do PCB (Partido Comunista do Brasil). Naquele momento, o PT tinha três alternativas: podia virar um cartel de esquerdas; implodir diante das pressões das correntes radicais ou se transformar em um partido hegemônico. Dois fatores contribuíram na consolidação da terceira alternativa: a criação do grupo Articulação, uma espécie de rolo compressor liderado por José Dirceu, e a habilidade de Lula em fortalecer sua posição de mediador.<sup>53</sup>

Podemos dizer, que a formação da Articulação forneceu ao partido uma certa estabilidade interna e possibilitou a emergência de um núcleo dirigente mais coeso. Este grupo ampliou a base eleitoral e organizacional do partido em termos nacionais. Deste modo, a agremiação chegou ao início da década de 90, sob o controle daquele núcleo. Porém, a partir de então começou a ocorrer divergências dentro da própria tendência.

---

<sup>53</sup> Entrevista a Veja, em 30 de outubro de 2002.

A cisão da Articulação dos 113 se deu a partir de dois processos. Primeiramente, o intenso desgaste da direção eleita em 1990, aliada à crescente inserção do partido na competição eleitoral, em detrimento das chamadas lutas sociais. Em segundo lugar, a aplicação do regulamento das tendências e o uso universal da representação proporcional na competição interna. Deste modo, a Articulação obrigou as numerosas tendências de esquerda a dirigirem mais fortemente seus recursos para a ocupação de espaços internos nas instâncias de direção do partido. Tais grupos passaram a atrair setores da corrente majoritária dada sua heterogeneidade, provocando uma cisão. Esse grupo dissidente ficaria à esquerda da Articulação (Lacerda, 2002).

Com a cisão da Articulação dos 113 em 1993, surgiu a tendência “Articulação Unidade na Luta”, por vezes tido como o grupo mais pragmático do partido. Principal setor da ala direita do partido, nos termos petistas, o grupo agrega os integrantes mais conhecidos do PT e que constituíam o antigo núcleo dirigente da Articulação. Suas principais lideranças são: Luiz Inácio Lula da Silva (Presidente da República), José Dirceu (Ministro da Casa Civil, presidente do partido entre 1995 e 2002), os senadores paulistas Eduardo Suplicy e Aloízio Mercadante (líder do governo no Senado), Marco Aurélio Garcia, Benedita da Silva ex-ministra do governo Lula.

Ainda no espectro da direita petista, existe também a (Democracia Radical), aliada constante da “Articulação Unidade na Luta” nas disputas internas. Originária das tendências Nova Esquerda e Vertente Socialista que existiram até a

década de 1990, este grupo tem como principais lideranças José Genoíno (atual presidente nacional do PT), Marina Silva e Tarso Genro membros do atual ministério do governo Lula.

Estas duas tendências, no âmbito das disputas internas, são denominadas como a direita do partido. Já no campo da esquerda petista encontramos os agrupamentos denominados radicais e que incluem tendências como: Democracia Socialista (DS), Articulação de Esquerda, Força Socialista (FS), O Trabalho e a Tendência Marxista (TM).

A DS é uma tendência de origem trotskista, que sempre definiu o PT como um partido revolucionário e estratégico na busca e construção do socialismo. Suas principais lideranças são: Raul Pont (ex-prefeito de Porto Alegre no período de 1996-2000), Joaquim Soriano (Secretário Nacional de Formação Política do PT). Este grupo sofreu uma grande perda, com a expulsão da senadora Heloísa Helena (Alagoas) em 2003.

A Articulação de Esquerda foi o grupo que surgiu da cisão da corrente “Articulação dos 113” em 1993. De acordo com Pinheiro Salles:

Inicialmente esta tendência fazia parte da Articulação, depois este setor mais à esquerda se desvinculou desta corrente e se auto intitulou, “Articulação de Esquerda”. Esta tendência como a DS possui grande expressão em todos os níveis do PT, possui parlamentares em nível federal. Possui uma liderança

muito competente que é o Valter Pomar, sendo, portanto, uma corrente política de grande expressão.<sup>54</sup>

Esta tendência se define como marxista, constituiu-se por setores contrários aos que optaram pela ampliação da base eleitoral da organização predominante na direção do PT de 1990-1993. Outras lideranças de destaque são Rui Falcão (Deputado Estadual de São Paulo entre 1990 e 1994) e o também paulista Cândido Vacarezza (membro do Diretório Nacional desde 1995).

Ainda no grupo dos chamados radicais, temos a Força Socialista que se auto-intitula leninista. Esta corrente se originou da cisão ocorrida na tendência “Na luta PT”, setor mais esquerdista do partido nos encontros de 1993 e 1995. Seus militantes acreditam que o PT deve assumir abertamente um programa socialista, pregam a estatização das grandes empresas, suspensão do pagamento da dívida externa etc. Suas principais lideranças são Edmilson Rodrigues (Deputado Federal / Bahia) e Ivan Valente (Deputado Federal / São Paulo).

Outra tendência que surgiu da cisão do grupo “Na luta PT” foi aquela denominada “O Trabalho”, que se proclama trotskista. Esta tem como principais bandeiras: o rompimento com o FMI, retirada do Brasil das negociações sobre a ALCA e o Mercosul. Esta tendência é contra propostas defendidas pelo próprio partido, como por exemplo, o Orçamento Participativo. Suas principais lideranças são Markus Sokol (membro do Diretório Nacional), Ronaldo Rocha (membro do Diretório Nacional). De acordo com Pinheiro Salles: “O Trabalho,

---

<sup>54</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.



possui uma diferenciação em relação às outras tendências, isso porque esta corrente existiria com ou sem o PT. O grupo também possui uma ramificação internacional, não diria que ela seria uma tendência do PT, mas sim uma tendência no PT”.<sup>55</sup> No entanto, como esta corrente optou por permanecer no PT, obedece às decisões colocadas pela maioria.

Por fim, a Tendência Marxista (TM), que reuniu setores antes dispersos em outros grupos de esquerda que a partir de 1991 se agruparam e formaram a (TM). O surgimento da TM está diretamente relacionado com a cisão da corrente “Na luta PT”, pois era nesta tendência que se aglutinava até então à esquerda do partido, liderança de destaque, Antonio Pinheiro Salles.

Como descrevemos no início, a Articulação perdeu o controle do partido em 1993 para os diferentes agrupamentos de esquerda (Lacerda,2002), (César,2002). Entretanto, com a retomada do comando do PT pela “Articulação Unidade na Luta” em conjunto com outros grupos em 1995, formou-se nos últimos anos um bloco intitulado Campo Majoritário, composto em nível nacional por esta tendência e a Democracia Radical. A partir de então, esse bloco foi sistematicamente colocando os radicais em posições menos estratégicas, muitos inconformados se retiraram do partido, como os grupos Convergência Socialista e a Causa Operária. Estes se reagruparam nas seguintes agremiações políticas, PSTU e PCO. Para José Dirceu: “quando decidimos que o radicalismo ia matar o PT éramos minoria absoluta, tínhamos 30% conosco. A duras penas ganhamos a

---

<sup>55</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

maioria, e a nossa visão começou a se tornar hegemônica, hoje temos o controle do partido”.<sup>56</sup>

Após este mapeamento das tendências e disputas petistas em nível nacional, nosso objetivo a partir de agora, é mostrar como estas refletem e se organizam em Goiás. As principais tendências organizadas e atuantes no PT goiano possuem um caráter nacional. No estado, como em nível nacional, a Articulação Unidade na Luta é a corrente majoritária. Os principais dirigentes do partido em Goiás pertencem a esta tendência. Como nos confirma Pinheiro Salles: “Aqui em Goiás, os principais quadros, as principais lideranças são da Articulação, o prefeito de Goiânia Pedro Wilson, a presidente do diretório municipal de Goiânia Marina Sant’Anna, o secretário da administração municipal de Goiânia Osmar Magalhães, nacionalmente de Goiás, o tesoureiro do PT Delúbio Soares, é da Articulação”.<sup>57</sup>

No caderno de teses do Diretório Regional do PT-Goiás de 1997, encontramos as discussões das tendências que atuam em nível regional. Todavia é importante ressaltar que existem tendências em nível nacional que não estão presentes no âmbito regional. A tendência “O Trabalho” não tem integrantes em Goiás. Por outro lado o grupo intitulado “Cordel da Liberdade”, ligado aos movimentos culturais, e o agrupamento “PT pra Vencer” liderado pelo deputado federal Rubens Otoni só existem no estado. Para Neuza M. Borges, “as grandes

---

<sup>56</sup> Entrevista a Veja, 23 de outubro de 2002.

<sup>57</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

diferenças entre as tendências são apresentadas em nível nacional. Nos estados e nos municípios a proposta quase sempre é global, ou seja, os diversos grupos procuram fechar nas mesmas propostas. No caso regional, as diferenças são de encaminhamentos, de como conduzir o partido no estado”.<sup>58</sup>

Percebemos então que no âmbito regional, não ocorrem disputas ideológicas, programáticas como mencionado em nível nacional. Na questão regional ocorrem divergências a respeito da organização, dos encaminhamentos, de como conduzir o partido, ou seja, são disputas locais. É neste sentido que são feitos os debates entre os diversos grupos. Mesmo ocorrendo a formação de uma maioria, a aprovação dos encaminhamentos são tomados depois de um caloroso debate interno, uma vez decidido todos os agrupamentos acatam as decisões tomadas pela maioria.

Podemos dizer que no âmbito regional, a situação da tendência Articulação era mais favorável. Verificou-se que em 1993 ocorreu uma cisão desta tendência no nível nacional, o que fez com que a mesma perdesse o controle do partido, só reconquistando o comando partidário em 1995. No caso de Goiás, a cisão da Articulação não gerou uma tendência antagônica, mas levou a formação de um grupo regional denominado “PT pra Vencer”. De acordo com Pinheiro Salles:

---

<sup>58</sup> Neuza Maria Borges é atualmente Secretária Executiva do PT-GO, iniciou sua participação política como militante do Movimento pela legalização das áreas de posse urbana em Goiânia. Filiou-se ao partido em 1981, participando do processo de formação do PT em Goiás. Entrevista ao autor em 25 de agosto de 2003.

Este agrupamento tem muitas divergências que eu não diria ideológicas, mas diferenças nas táticas de atuação nos movimentos sociais e no processo eleitoral, portanto, as diferenças são de encaminhamentos. Este agrupamento em Goiás tem uma grande expressão, principalmente no interior, onde o Rubens Otoni assegura sua presença permanente, é um incansável batalhador. Ele percorre o estado de ponta a ponta, este movimento confere a ele um prestígio muito grande junto aos diretórios do interior. Sendo assim, ele é a grande liderança desse agrupamento, só que nacionalmente ele faz parte da Articulação.<sup>59</sup>

No âmbito nacional como regional, a corrente majoritária no período de 1983 a 1993 era a mesma, ou seja, a “Articulação”. Mas, mesmo sendo a corrente majoritária e se colocando a “direita” do partido, como então justificar o radicalismo do partido nos anos 80? Para Athos Magno:

Este era um problema muito grande, era a força mais profunda e difícil de ser derrubada, a cultura petista. A cultura do homem que nunca teve vez, nunca teve voz, o homem que foi sempre reprimido, oprimido e explorado. Sendo assim, toda vez que este homem entra para a política, ele entra com vontade de fazer o ajuste de contas, se você o chama para a reflexão de idéias, teses científicas, ele acha que isso é perda de tempo. Então, esse homem do PT, todos os tipos: sindicalista, operário, intelectual, pessoas de bairros, tinham contas a ajustar, tinham de enfrentar. Buscando o enfrentamento pelo enfrentamento, o que levou a caracterização do partido que desejava se impor pela força.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> Entrevista ao autor em 04 de setembro de 2003.

<sup>60</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

As afirmações acima ficam claras quando observamos os *slogans* e as propagandas do partido nas eleições de 1982. O que o partido realizava segundo Athos Magno era anti-propaganda:

Primeiramente a propaganda era em preto e branco, o partido era contra a propaganda em cores. Segundo diziam-se assim: “vote no 3 porque o resto é burguês”, “trabalhador vota em trabalhador”, “fulana de tal candidata a deputada federal, organizadora das prostitutas de tal região”, “fulano de tal foi preso, torturado, participou da luta armada”. Aquilo, todos com uma barba preta e grande, isso era anti-propaganda. Em vez de conquistarmos os eleitores, nós os atemorizávamos.<sup>61</sup>

Entretanto em 1985 Athos Magno, uma das principais lideranças do partido no estado, insatisfeito com as táticas adotadas pela Articulação, no que tange principalmente a abertura do partido, deixa o PT. Podemos dizer, que este foi o momento mais crítico desta corrente no estado.

A partir das eleições de 1985, o PT adotou uma postura estratégica diferente daquela das eleições de 1982. O partido abandonou o tom raivoso, o discurso radical não teve mais espaço na propaganda petista. No entanto, “praticamente todas as esquerdas organizadas do PT foram contundentes na crítica à campanha para as eleições municipais em todo o Brasil. Em Goiás, a utilização da “Cadeira do Barbeiro”, no programa do PT na televisão trouxe muitos votos ao partido, sendo considerada como criativa e responsável pelo ótimo desempenho do candidato petista Darci Accorsi” (Gontijo, 2002:123).

---

<sup>61</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

Como podemos observar em documentos do próprio partido, o PT goiano a partir da segunda metade dos anos 80 abandonou as teses radicais e se posicionou em defesa da democracia e da cidadania, estas passam a ser as metas do partido. Assim,

(...) a democracia e a liberdade tornaram-se valores essenciais para o partido, porque nascemos das lutas contra a opressão ditatorial. A nova sociedade que queremos não nascerá de um decreto, nem do PT, nem de ninguém. Queremos continuar lutando neste mundo globalizado pela construção de uma nação próspera, democrática, livre e libertadora para todos os homens e mulheres. Esta sociedade tem nome, chama-se socialismo, chama-se democrática, chama-se cidadania e liberdade.<sup>62</sup>

No Estado de Goiás a partir de 1995, formou-se um bloco mais amplo congregando até grupos denominados de radicais. Segundo Neuza M. Borges:

Depois da mudança no estatuto do partido em 1999, o PT faz eleições diretas para presidentes eleitos pelos filiados no país inteiro, são eleições para presidente municipal, estadual e nacional. E a questão da composição de chapas, aqui no estado temos o campo majoritário formado pela Articulação, Democracia Radical, PT pra Vencer e a própria TM, todos compondo uma mesma chapa. Fechamos em um amplo campo para não ocorrer cisão no partido.<sup>63</sup>

Com a formação do chamado campo majoritário, o partido passou a vivenciar um processo de mudanças, que já vinha sendo iniciado pela corrente

---

<sup>62</sup> Construindo o Partido dos Trabalhadores: balanço e perspectivas, PT/Goiânia, agosto de 1987.

<sup>63</sup> Entrevista ao autor em 25 de agosto de 2003.

majoritária, mas que encontrava muita resistência interna por parte das correntes mais à esquerda. O partido que nasceu com o objetivo de construção socialista, como demonstrado no primeiro discurso proferido por Lula, na Primeira Convenção Nacional do Partido, em Brasília, no dia 27 de setembro de 1981:

Nós do PT sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tornaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do partido. E por isso sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne, e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? (Apud Gadotti, 1989:72).

A nova postura estava presente tanto em documentos internos e no debate regional como nacional. O PT como vimos no início deste capítulo, pretendia chegar ao governo de forma isolada e sectária. Como ficou claro no depoimento dado por Lula depois da derrota em 1982 para o governo de São Paulo: “Errei ao pensar que o Brasil era feito de metalúrgicos e ao dirigir ao eleitorado como se estivesse falando para peões de fábrica. Esse negócio de que

trabalhador vota em trabalhador não funciona, e que, se o partido quisesse ganhar alguma eleição, teria de perseguir“ o voto do pobre e o voto do rico”.<sup>64</sup>

O campo majoritário petista, formado a partir de 1995 se dispõe a disputar eleições de forma a ampliar seu espaço eleitoral. Neste sentido, direcionou o PT para o mercado eleitoral, o partido deveria participar deste processo para vencer e não apenas marcar posição ou divulgar seu ideário. É claro que isso trouxe o confronto entre as diferentes concepções existentes no partido. Podemos dizer que foi o grande divisor de águas entre as várias correntes (marxistas, leninistas, trotskistas) e seus ideais de confronto e destruição do Estado capitalista de um lado, e do outro o Campo Majoritário não marxista, que defendia maior participação do partido no plano institucional e na arena eleitoral.

Mas para vencer eleições, seria preciso estabelecer alianças, assim o Campo Majoritário começou a valorizar membros com uma certa densidade eleitoral e a realizar coligações para disputar eleições. “As alianças não devem ser encaradas como uma questão de princípios, ou falta de princípios. Essas aproximações não implicam necessariamente em alianças estratégicas, podem ser pontuais, momentâneas, táticas, dependendo da força com que estamos nos relacionando. Precisamos perder o medo de nos misturar e assim perder nossa identidade. Isto não significa que vamos nos descaracterizar”.<sup>65</sup> A questão central que se colocou para o partido foi segundo Athos Magno:

---

<sup>64</sup> Entrevista a Veja, 30 de outubro de 2002.

<sup>65</sup> Construindo o Partido dos Trabalhadores: balanço e perspectivas, PT/Goiânia, agosto de 1987.



A longa marcha contra as instituições ou a longa marcha através das instituições. Essa era a chave, quem é marxista é contra as instituições e quem não é marxista, não leninista, a longa marcha é através das instituições. Se nós vamos participar do processo eleitoral, se nós nascemos para participar deste processo, então é através das instituições. Como você pode ser um candidato, chegar na televisão e dizer: sou candidato, nós vamos mudar esse país é no pau; sou candidato e não preciso do seu voto. Isso é uma contradição em si, uma das teses tem que ser derrotada. Essa concepção vai fortalecer as lideranças que compreendem o caminho não do confronto armado, não do confronto pelo confronto. Mas da conquista do estado, não de sua destruição, daí nós falarmos de persuasão, de hegemonia, do PT que diz sim.<sup>66</sup>

Para conquistar, chegar ao governo, através do jogo político democrático, somente por meio do voto. O PT precisava então conquistar o eleitor, mas não somente o trabalhador, era necessário um discurso mais amplo e difuso. De certa forma, o partido deveria se tornar um partido de toda a nação. Assim, quando PT entra para o campo político, priorizando os meios institucionais para lutar pelos direitos dos trabalhadores, ele aceita às regras do jogo. Como nos confirma Athos Magno:

O PT, então com toda força política, nascendo de baixo, aceita entrar no estado. Mas, como os de baixo entram com ódio reprimido, com rancor e excluído, ele é radical nos métodos e táticas. No entanto, como a estratégia não era a do confronto, nem da destruição, mas a da aceitação, o voto é o elemento central. Para o PT ter o voto, ele tem de conquistar, ninguém ganha voto apontando arma ao outro, para conquistar o voto, o partido tem que atender reivindicações. Para atender tais reivindicações tem ampliar o leque de propostas

---

<sup>66</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

políticas, ou seja, sair do núcleo dos trabalhadores conquistando a classe média. Como trabalhador e classe média sozinhos não chegam ao governo, ele necessita no mínimo atrair amplos setores da classe burguesa.<sup>67</sup>

Neste processo o partido procurou sair do seu isolamento e abandonou as coligações especificamente com pequenos partidos de esquerda, caminhando-se mais para o centro do espectro político e realizando alianças com partidos de diferentes matizes. Com relação a esta questão, o documento do partido datado de 1997 afirma:

É preciso que o PT assuma de forma definitiva que atingiu um grau de maturidade que exige que se relacione com forças diferentes em todos os campos da atividade política. Todos reconhecemos a necessidade em alguns momentos, buscar apoio de parlamentares de quaisquer outros partidos para apoiar algum projeto nosso. A todo momento é necessário estar dialogando com forças de outro campo na luta sindical e popular, assim como nos espaços parlamentares, onde somos minoritários (mesmo considerando toda a esquerda). Estivemos juntos com setores da direita na defesa do presidencialismo, costumamos pedir para deputados da situação apresentar projetos nossos, populares, para aumentar a chance de sua aprovação, aceitamos apoio eleitoral (mesmo velado) de partidos conservadores. Cabe a nós desempenharmos um papel educativo e mostrar a limitação da ação do PT em cada momento da atividade política e a necessidade de se construir uma base de sustentação que possibilite a governabilidade.<sup>68</sup>

Observamos que no decorrer de todo este processo, o Partido dos Trabalhadores mudou seu discurso, sua estratégia eleitoral. Abandonou o

---

<sup>67</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

<sup>68</sup> Caderno de teses, Diretório Regional do PT-Goiás, Articulação Unidade na Luta, Goiânia, julho, 1997.

socialismo como objetivo, a democracia e a diminuição das desigualdades sociais tornaram-se as principais bandeiras do partido. Como demonstrado em toda essa análise, o PT, seus dirigentes perceberam que isolados, estavam fadados a ser uma agremiação sem apelo eleitoral e o crescimento seria quase impossível. Foi preciso abrandar o discurso, substituir metas, estabelecer um programa que não visasse somente os trabalhadores, mas que também atendesse as reivindicações e ecoasse em todos os segmentos da sociedade. As considerações de Athos Magno corroboram nossas afirmações:

Ocorre uma conseqüência lógica e fatal que toda força que aceita, que veio de baixo, mesmo que mais radical nos métodos e táticas aceite lutar no terreno da classe capitalista, que é o espaço dela, o poder capitalista, que por sua vez, se concentra no estado. Então, o PT hoje é um partido dos trabalhadores que comanda um estado que tem uma cota de poder dentro desse estado, e que tem uma política permitida pelo estado capitalista. Se o partido quiser se confrontar com o estado capitalista, por muito pouco Salvador Allende foi derrubado, assim como João Goulart. Agora, por que o Lula não será derrubado? Porque, o PT aprendeu com a história do Brasil e do Chile, e não aceita as teses dos chamados radicais do PT.<sup>69</sup>

Assim, verificou-se que ao decidir priorizar a luta pela conquista de maior espaço na arena eleitoral, o PT percebeu que deveria seguir as regras do jogo. O partido através do Campo Majoritário abandonou as chamadas teses radicais, de partido revolucionário, de confronto com o sistema capitalista, de isolados no campo da esquerda. Desse modo, direcionou-se para a luta democrática, a participação efetiva no processo eleitoral buscando o apoio de toda

---

<sup>69</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

a sociedade. Com as mudanças de seus objetivos e metas, de socialista a democrático, para uma grande maioria de seus militantes o PT pode ser definido como um partido social-democrata. Conforme Athos Magno: “As coisas tem nome, não adiante dizer assim: nós queremos uma nova sociedade, mas uma sociedade nova pode ser uma sociedade com maior distribuição de renda, ética. E isso, tem nome, capitalismo com distribuição de renda é igual a social-democracia”.<sup>70</sup>

Como procuramos demonstrar em toda esta discussão, o PT ao longo do período analisado passou por várias transformações. Como os partidos de massas europeus na primeira metade do século XX, o Partido dos Trabalhadores abrandou o seu discurso, buscou ampliar sua base eleitoral e realizou uma coalizão ampla. Portanto, como os congêneres europeus, o PT buscou novas metas, objetivos, abandonou as teses radicais, comportou-se como os demais partidos, ou seja, respeitando as regras do jogo político democrático. Desse modo, transformou-se em um partido competitivo, conquistando municípios, capitais e enfim a Presidência da República em 2002.

Concluindo esta discussão e como verificado no capítulo anterior, todos dirigentes petistas goianos possuem nível superior, percebemos, que a maioria das lideranças do partido compõem o chamado Campo Majoritário, como dissemos um bloco formado por várias tendências nas disputas internas. Em Goiás, como vimos esse bloco é bastante amplo, formado por tendências de direita e de esquerda, tendo como principal corrente à “Articulação Unidade na

---

<sup>70</sup> Entrevista ao autor em 16 de setembro de 2003.

Luta”. A formação desse Campo Majoritário possibilitou a tomada de decisões que levou a uma reviravolta nos rumos do partido, provocando mudanças no PT capaz de torná-lo um partido aberto, mais competitivo. O PT, de radical a democrático, de isolado no campo da esquerda, para a realização de amplas alianças, da busca exclusiva do voto do trabalhador, para a conquista de toda a sociedade.

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como objetivo geral discutir e analisar a formação e estruturação do PT em Goiás, a partir de sua base social. Desse modo, demonstramos que o partido no estado enfrentou grandes dificuldades para se implantar por dois motivos fundamentais: primeiramente o PT goiano não encontrou uma base sólida na qual pudesse se estruturar e em segundo lugar, como foi observado, a própria conjuntura política no estado foi um grande obstáculo ao partido.

O Estado de Goiás no final da década 1970 e início dos anos 1980 era um estado com forte presença da população no campo. Neste sentido, grande parte da mão-de-obra empregada se encontrava no meio rural. A base social urbana, em seus vários movimentos, era muito incipiente, pois não havia uma organização dos trabalhadores como nas regiões onde o partido se originou. O PT goiano teve de voltar-se para o campo, pois foi nessa região que o partido encontrou os movimentos sociais que possibilitaram ao mesmo a sua estruturação no estado. Além desta dificuldade, no caso específico à falta de uma base urbana sólida, o PT goiano teve de se contrapor a uma enraizada política imposta pela própria conjuntura regional, alicerçada na disputa entre grupos, oligarquias, na hegemonia do PMDB *versus* PDS favorecidos pelo processo de transição política.

De acordo com a pesquisa realizada, a Oposição Sindical Rural, a CPT e o MT são considerados os pilares do PT no estado de Goiás. Assim foram estes movimentos que forneceram as bases sociais sobre as quais o partido se organizou.

Acerca da composição social do partido e a partir da análise feita em determinadas instâncias do mesmo, verificou-se uma pequena mudança em seu perfil social. No entanto, esta mudança não alterou as categorias dominantes no partido, representadas pelos profissionais liberais e professores. Desse modo, concluímos que o PT goiano é um partido dirigido pelas classes médias assalariadas, tendo como principais fontes de recrutamento político os professores, profissionais liberais e os comunicadores.

Com relação às mudanças, podemos dizer que o partido realizou àquelas necessárias segundo seus dirigentes, no sentido de tornar o PT, um partido realmente competitivo no processo eleitoral, tanto no nível nacional quanto no regional. O partido decidiu disputar eleições para ganhar. É bom ressaltar que estes encaminhamentos resultaram em uma mudança na dinâmica interna do partido que foram patrocinadas pelas próprias lideranças petistas. Estas direcionaram o PT para uma postura política mais flexível, aberta, capaz de atrair o voto não só do trabalhador, mas de amplos setores da sociedade.

Ao longo do tempo, o partido mudou de número 3 para 13, abrandou o discurso, mudou a cor de sua bandeira de vermelha para branca, buscou novas metas, utilizou-se do *marketing* político e chegou à Presidência da República em 2002. Podemos dizer que o PT realizou duas revoluções, uma de caráter interno e a outra, no próprio campo político. A revolução interna, ou específica ocorre como diz Bourdieu de fora para dentro: “na realidade, acho que uma revolução específica, algo que inicia um novo período num determinado campo, é a sincronização de uma necessidade interna com algo que se passa fora, no universo que o engloba” (1989:157). Sendo assim, as lideranças do PT que formam o Campo Majoritário realizaram esta sincronização, a sociedade brasileira mudou, as relações internacionais mudaram também, as esquerdas no mundo

inteiro passaram por processos de transformações e o PT acompanhou esse processo de modernização da sociedade.<sup>71</sup>

Com sua revolução específica, o partido realizou de certa forma a revolução dentro do próprio campo político. De recém-chegado, chegados-tarde, o PT aceitando as regras do jogo quebrou a hierarquia do campo político e rompeu assim o esquema dominantes/dominados. Verificamos desse modo que da luta interna só podem sair revoluções parciais, capazes de destruir a hierarquia, mas não o próprio jogo (Bourdieu,1989).

Com todas as suas mudanças, o PT chegou em 2002 como um dos maiores partidos políticos brasileiros, colocando-se como um importante interlocutor entre a sociedade civil e o estado. Um partido realmente competitivo que acabou conquistando o voto dos pobres e dos ricos, um verdadeiro “partido ônibus”. Elegeu o Presidente da República, e em Goiás ficou em terceiro lugar na disputa para o governo do Estado, ressaltando-se que o prefeito da capital goiana é do PT e que o partido se encontra presente por meio de suas Comissões Executivas Municipais, em todos os 246 municípios de Goiás, significativamente, diferente do tímido começo.

---

<sup>71</sup> Para maiores esclarecimentos dessas questões, ver Freire (1997), Giddens (1999), César (2002).



## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, Braz José de. *Mudanças na estrutura social brasileira*. In: *Classes Médias e Política no Brasil*. (Org.) J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

- ASSIS, Éder Araújo de. *O Realinhamento do sistema partidário brasileiro e a implantação do multipartidarismo em Goiás*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado/UFMG, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Goiás: os partidos, as eleições e as transformações recentes*. In: O sistema partidário brasileiro. Olavo Brasil de Lima Júnior (org.). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2000.
- BORGES, Pedro Célio Alves. *O bipartidarismo autoritário: análise regional (Goiás –1965 a 1982)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado (PUC), 1988.
- \_\_\_\_\_. *Ruralismo, síndrome de periferia e estado (mitos políticos e identidade regional em Goiás)*. Brasília: Tese de Doutorado, UNB, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- CAMPOS, Francisco I. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O legislativo em Goiás*. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 1996.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: O PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CLÍMACO, Arlene Carvalho. *Democracia e sindicalismo no Brasil*. In: Universidade e Sociedade. Brasília, v.9, n.19, p.84-88 (maio/ago), 1999.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Ed. USP, 1997.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Ed. GV, 1996.
- DIETER, Nohlen. *Sistemas electorales y sistemas de partidos políticos: una introduccion al problema con carácter orientador*. In: Sistemas Electorales y Partidos Políticos. Ciudad Universitária, México, Ed. Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Ed. USP, 1999.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Trad. Cristiano Monteiro Oiticica, 3ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.
- FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.
- FREIRE, Roberto. *Contemporâneos do futuro*. Brasília: Editora UNB, 1997.

- GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges, 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GONTIJO, Aulo Plácio. *O PT em Goiás: tendências internas (1980/1991)*. Goiânia: Dissertação de Mestrado, UFG, 2002.
- HUNTINGTON, S. *A ordem política nas sociedades em mudanças*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1975.
- KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença, o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Trad. Maria Lúcia Montes. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O Quadro Partidário e a Constituinte*. In: De Geisel a Collor: o balanço da transição. Bolívar Lamounier (org.). São Paulo: Ed. Sumaré, 1990.
- KIRCHHEIMER, O. *The transformation of the western european party sistens*. In: Lapalombara, J. Weiner, M. The origin and development of political parties. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- LAMOUNIER, Bolívar, Kinzo, M. D'alva Gil. *Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil – 1945-1978*. Rio de Janeiro: BIB (5), 1978.
- LACERDA, Alan Daniel F. de. *O PT e a Unidade partidária como problema*. In: DADOS: revista de ciências sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, volume 45, 2002.
- LIMA JR. Olavo Brasil de. *Partidos, eleições e poder legislativo*. In: O Que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Sergio Miceli (org). São Paulo: Ed. Sumaré/ ANPOCS, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os partidos políticos brasileiros: A experiência federal e regional: 1945-64*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.
- LIMA JR. Olavo Brasil de. et alii. *A Produção brasileira recente sobre partidos, eleições e comportamento político: balanço bibliográfico*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará/ANPOCS, nº 34, 1992.
- LIMONGI, Fernando. *Institucionalização política*. In: Política: o que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Sergio Miceli (org.). São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, 1999.

- LINCE, Leo. *O modo petista de lutar no parlamento*. In: SADER, Emir. (Org.). 1994- Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1993.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- MAINWARING, Scot et alii. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Tradução: Valéria Carvalho Power. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 2001.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UNB, 1982.
- MOREIRA, C. O. *História política de Goiás: a dinâmica de desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. História das Sociedades Agrárias, UFG, 2000.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- OFFE, Claus. *A democracia partidária competitiva e o "Welfare State" keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização*. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio M. *A composição social das lideranças do PT*. In: Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Partidos, ideologias e composição social: Um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados*. São Paulo: Ed. USP, 2002.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Fabiano. *O Poder legislativo nos estados: diversidade e convergência federal e regional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. UNB, 1982.

- SCHMITT, Rogério Augusto et alii. *A produção brasileira recente sobre partidos, eleições e comportamento político: balanço bibliográfico*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará/ANPOCS, N 34, 1992.
- SCHMITT, Rogério. *Migração partidária e reeleição na câmara dos deputados*. Novos Estudos, Cebrap, vol. 54, julho, 1999.
- SINGER, Paul et alii. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Ed. VOZES, 1980.
- SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Ed. Publifolha, 2001.
- SOARES, Gláucio A. D. *Os partidos políticos*. In: *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- SOUZA, Claudia Moraes. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- SOUZA, Dalva Maria B. L. D. *1964 em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da ditadura)*. Goiânia: Dissertação de Mestrado, UFG, 1990.

## **REVISTAS E JORNAIS**

- LIMA, Gabriel de L. *Um por todos e todos por um*. Veja, 6.11.2002.
- OYAMA, Thaís. *Vinte anos na oposição*. Veja, 30.10.2002.
- GABRIEL, Carlos. *Vai ser preciso segurar*. Veja, 23.10.2002.
- SECCO, Alexandre. *A quarta tentativa*. Veja, 4.7.2001.
- \_\_\_\_\_. *O grito dos espremidos*. Veja, 17.11.1999.
- CARIELLO, Rafael. *PT se organiza em 96% dos municípios*. Folha de São Paulo, 13.10.2003.
- ZANINI, Fábio. *A receita do PT pode crescer até 75% em 2003*. Folha de São Paulo, 17.11.2002.
- MAGALHÃES, Mário. *Do 3 ao 13, do socialismo ao pragmatismo*. Folha de São Paulo, 25.8.2002.
- FERNANDES, Márcio. *PT racha ao votar alianças estaduais com PL*. Folha de São Paulo, 29.7.2002.
- FRAGA, Plínio. *Lula busca alianças à direita e investe no petismo de resultados*. Folha de São Paulo, 17.3.2002.

## **DOCUMENTOS DO PT**

- Documentos básicos: Manifesto, Programa e Estatuto. In: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*. Diretório Nacional do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

Construindo o Partido dos Trabalhadores: balanço e perspectiva. Goiânia, agosto de 1987.

Caderno de Teses – Diretório Regional do PT-GO, 1987.

Caderno de Teses – Diretório Regional do PT-GO. Articulação Unidade na Luta. Goiânia, julho de 1997.

PT: Conjuntura e Tática. Goiânia, agosto de 1987.

PT – 10 anos: Construindo o PT em Goiás. Goiânia, fevereiro de 1990.

PT – A Busca da Unidade Petista: Encontro Estadual do PT. Goiânia, julho de 1997.

Partido dos Trabalhadores, Livros de atas de reuniões da Comissão Executiva do Diretório Regional, Goiânia, 1980-1988.

Partido dos Trabalhadores, Livros de atas de reuniões da Comissão Executiva do Diretório Regional, Goiânia, 1988-2002.

Resoluções do V Encontro Nacional do PT – Caderno de Teses do PT-GO, 1987.

### **ENTREVISTAS**

Neuza Maria Borges, 25 de agosto de 2003.

Osmar de Lima Magalhães, 27 de agosto de 2003.

Antonio Pinheiro Salles, 4 de setembro de 2003.

Fernando Pereira, 9 de setembro de 2003.

Athos Magno Costa e Sival, 16 de setembro de 2003.

Alberto Gomes de Oliveira, 27 de novembro de 2003.

Padre José Guiarine, 23 de dezembro de 2003.